



DIÁRIO DO GOVERNO

PREÇO DESTE NÚMERO — 11\$20

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do «Diário do Governo» e do «Diário das Sessões», deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional.

ASSINATURAS			
As três séries . . .	Ano	560\$	Semestre 300\$
A 1.ª série	»	340\$	» 180\$
A 2.ª série	»	340\$	» 180\$
A 3.ª série	»	320\$	» 170\$

Para o estrangeiro e ultramar acresce o porte do correio

O preço dos anúncios é de 7\$50 a linha, acrescido do respectivo imposto de selo, dependendo a sua publicação de depósito prévio a efectuar na Imprensa Nacional.

SUPLEMENTO

SUMÁRIO

Ministério dos Negócios Estrangeiros:

Decreto-Lei n.º 619/70:

Aprova, para ratificação, a Convenção entre Portugal e a Bélgica para Evitar a Dupla Tributação e Regular Algumas Outras Questões em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, assinada em Bruxelas em 16 de Julho de 1969.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção-Geral dos Negócios Económicos

Decreto-Lei n.º 619/70

de 15 de Dezembro

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo único. É aprovada, para ratificação, a Convenção entre Portugal e a Bélgica para Evitar a Dupla Tributação e Regular Algumas Outras Questões em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, assinada em Bruxelas em 16 de Julho de 1969, cujos textos em português, francês e neerlandês vão anexos ao presente decreto-lei.

Marcello Caetano — Horácio José de Sá Viana Rebelo — António Manuel Gonçalves Rapazote — Mário Júlio Brito de Almeida Costa — João Augusto Dias Rosas — Manuel Pereira Crespo — Rui Manuel de Medeiros d'Espiney Patricio — Rui Alves da Silva Sanches — Joaquim Moreira da Silva Cunha — José Veiga Simão — Baltasar Leite Rebelo de Sousa.

Promulgado em 19 de Novembro de 1970.

Publique-se.

O Presidente da República, AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ.

Para ser presente à Assembleia Nacional.

Convenção entre Portugal e a Bélgica para Evitar a Dupla Tributação e Regular Algumas Outras Questões em Matéria de Impostos sobre o Rendimento.

O Presidente da República Portuguesa e Sua Majestade o Rei dos Belgas, desejosos de evitar a dupla tributação e regular algumas outras questões em matéria de impostos sobre o rendimento, decidiram concluir uma convenção e designaram para tal efeito como plenipotenciários:

O Presidente da República Portuguesa, S. Ex.ª Sr. Armando Ramos de Paula Coelho, embaixador extraordinário e plenipotenciário de Portugal em Bruxelas; e Sua Majestade o Rei dos Belgas, S. Ex.ª Sr. P. Harmel, Ministro dos Negócios Estrangeiros, os quais, depois de haverem trocado os seus plenos poderes e os terem achado em boa e devida forma, acordaram nas disposições seguintes:

CAPÍTULO I

Âmbito da aplicação da Convenção

ARTIGO 1

Pessoas visadas

Esta Convenção aplica-se às pessoas residentes de um ou de ambos os Estados Contratantes.

ARTIGO 2

Impostos visados

1. Esta Convenção aplica-se aos impostos sobre o rendimento exigidos para cada um dos Estados Contratantes, suas subdivisões políticas e autarquias locais, seja qual for o sistema usado para a sua percepção.

2. São considerados impostos sobre o rendimento os impostos incidentes sobre o rendimento total ou sobre parcelas do rendimento, incluídos os impostos sobre os ganhos derivados da alienação de bens mobiliários ou imobiliários, bem como os impostos sobre as mais-valias.

3. Os impostos actuais a que esta Convenção se applica são, nomeadamente:

a) Relativamente à Bélgica:

- 1) O imposto das pessoas singulares (*impôt des personnes physiques*);
- 2) O imposto das sociedades (*impôt des sociétés*);
- 3) O imposto das pessoas colectivas (*impôt des personnes morales*);
- 4) O imposto dos não residentes (*impôt des non-résidents*), incluindo os impostos antecipados (*précomptes*) e os complementos dos impostos antecipados (*compléments de précomptes*), os adicionais (*centimes additionnels*) dos impostos e impostos antecipados (*précomptes*) referidos, bem como a taxa comunal adicional do imposto das pessoas singulares;

a seguir referidos pela designação de «imposto belga».

b) Relativamente a Portugal:

- 1) A contribuição predial;
- 2) O imposto sobre a indústria agrícola;
- 3) A contribuição industrial;
- 4) O imposto de capitais;
- 5) O imposto profissional;
- 6) O imposto complementar;
- 7) O imposto para a defesa e valorização do ultramar;
- 8) O imposto de mais-valia;
- 9) Os adicionais dos impostos 1) a 8) desta alínea;
- 10) Os outros impostos estabelecidos para as autarquias locais, cujo quantitativo seja determinado em função dos impostos 1) a 8) desta alínea e os respectivos adicionais;

a seguir referidos pela designação de «imposto português».

4. A Convenção será também applicável aos impostos futuros de natureza idêntica ou similar que venham a crescer aos actuais ou a substituí-los. As autoridades competentes dos Estados Contratantes comunicarão uma à outra, no princípio de cada ano, as modificações introduzidas nas respectivas legislações fiscais no ano anterior.

CAPÍTULO II

Definições

ARTIGO 3

Definições gerais

1. Nesta Convenção, a não ser que o contexto exija interpretação diferente:

- a) O termo «Bélgica», utilizado em sentido geográfico, significa o território do Reino da Bélgica; o termo «Portugal», utilizado no mesmo sentido, significa Portugal europeu, que compreende o território do continente e os arquipélagos dos Açores e da Madeira;
- b) As expressões «um Estado Contratante» e «o outro Estado Contratante» significam a Bélgica ou Portugal, consoante resulte do contexto;

- c) O termo «pessoa» compreende uma pessoa singular, uma sociedade ou qualquer outro agrupamento de pessoas;
- d) O termo «sociedade» significa qualquer pessoa colectiva ou qualquer entidade que é tributável como pessoa colectiva pelos seus rendimentos no Estado de que é residente;
- e) As expressões «empresa de um Estado Contratante» e «empresa do outro Estado Contratante» significam, respectivamente, uma empresa explorada por um residente de um Estado Contratante e uma empresa explorada por um residente do outro Estado Contratante;
- f) A expressão «autoridade competente» significa:

- 1) Relativamente à Bélgica: a autoridade competente segundo a legislação belga;
- 2) Relativamente a Portugal: o Ministro das Finanças ou o seu representante.

2. Para a applicação da Convenção por um Estado Contratante, qualquer expressão não definida de outro modo terá, a não ser que o contexto exija interpretação diferente, o significado que lhe é atribuído pela legislação desse Estado relativa aos impostos que são objecto da Convenção.

ARTIGO 4

Domicílio fiscal

1. Para efeitos desta Convenção, a expressão «residente de um Estado Contratante» significa qualquer pessoa que, por virtude da legislação desse Estado, está aí sujeita a imposto devido ao seu domicílio, à sua residência, ao local de direcção ou a qualquer outro critério de natureza similar. Significa também as sociedades de direito belga, que não sejam sociedades por acções, que tenham optado pela sujeição dos seus lucros ao imposto das pessoas singulares.

2. Quando, por virtude do disposto no n.º 1, uma pessoa singular for residente de ambos os Estados Contratantes, a situação será resolvida de acordo com as seguintes regras:

- a) Será considerada residente do Estado Contratante em que tenha uma habitação permanente à sua disposição. Se tiver uma habitação permanente à sua disposição em ambos os Estados Contratantes, será considerada residente do Estado Contratante com o qual sejam mais estreitas as suas relações pessoais e económicas (centro de interesses vitais);
- b) Se o Estado Contratante em que tem o centro de interesses vitais não puder ser determinado, ou se não tiver uma habitação permanente à sua disposição em nenhum dos Estados Contratantes, será considerada residente do Estado Contratante em que permanece habitualmente;
- c) Se permanecer habitualmente em ambos os Estados Contratantes ou se não permanecer habitualmente em nenhum deles, será considerada residente do Estado Contratante de que for nacional;
- d) Se for nacional de ambos os Estados Contratantes ou se não for nacional de nenhum deles, as autoridades competentes dos Estados Contratantes resolverão o caso de comum acordo.

3. Quando, por virtude do disposto no n.º 1, uma pessoa, que não seja uma pessoa singular, for residente

de ambos os Estados Contratantes, será considerada residente do Estado Contratante em que estiver situada a sua direcção efectiva.

ARTIGO 5

Estabelecimento estável

1. Para efeitos desta Convenção, a expressão «estabelecimento estável» significa uma instalação fixa onde a empresa exerça toda ou parte da sua actividade.

2. A expressão «estabelecimento estável» compreende, nomeadamente:

- a) Um local da direcção;
- b) Uma sucursal;
- c) Um escritório;
- d) Uma fábrica;
- e) Uma oficina;
- f) Uma mina, uma pedreira ou outro local de extracção de recursos naturais;
- g) Um local ou um estaleiro de construção ou de montagem cuja duração exceda doze meses.

3. A expressão «estabelecimento estável» não compreende:

- a) As instalações utilizadas unicamente para armazenar, expor ou entregar mercadorias pertencentes à empresa;
- b) Um depósito de mercadorias pertencentes à empresa mantido unicamente para as armazenar, expor ou entregar;
- c) Um depósito de mercadorias pertencentes à empresa mantido unicamente para serem transformadas por outra empresa;
- d) Uma instalação fixa mantida unicamente para comprar mercadorias ou reunir informações para a empresa;
- e) Uma instalação fixa mantida unicamente para fazer publicidade, fornecer informações, realizar investigações científicas ou desenvolver outras actividades similares que tenham carácter preparatório ou auxiliar, sempre que estas actividades sejam exercidas para a própria empresa.

4. Uma pessoa que actue num Estado Contratante por conta de uma empresa de outro Estado Contratante, desde que não seja um agente independente a que é aplicável o n.º 5, será considerada como estabelecimento estável da empresa no Estado primeiramente mencionado, se tiver a exercer eventualmente neste Estado poderes para concluir contratos em nome da empresa, a não ser que a actividade dessa pessoa se limite à compra de mercadorias para a empresa.

5. Não se considera que uma empresa de um Estado Contratante tem um estabelecimento estável no outro Estado Contratante pelo simples facto de exercer a sua actividade nesse outro Estado por intermédio de um corretor, de um comissário-geral ou de qualquer outro agente independente, desde que essas pessoas actuem no âmbito normal da sua actividade.

6. O facto de uma sociedade residente de um Estado Contratante controlar uma sociedade residente do outro Estado Contratante ou que exerça a sua actividade nesse outro Estado, quer seja através de um estabelecimento estável, quer de outro modo, não é, por si, bastante para fazer de qualquer dessas sociedades estabelecimento estável da outra.

CAPÍTULO III

Tributação dos rendimentos

ARTIGO 6

Rendimentos dos bens imobiliários

1. Os rendimentos provenientes de bens imobiliários podem ser tributados no Estado Contratante em que esses bens estiverem situados.

2. A expressão «bens imobiliários» é definida de acordo com o direito do Estado Contratante em que tais bens estiverem situados. A expressão compreende sempre os acessórios, o gado e o equipamento das explorações agrícolas e florestais, os direitos a que se apliquem as disposições do direito privado relativas à propriedade de bens imóveis, o usufruto de bens imobiliários e os direitos a retribuições variáveis ou fixas pela exploração ou pela concessão da exploração de jazigos minerais, fontes e outros recursos naturais. Os créditos garantidos por hipoteca sobre os bens acima referidos, bem como os navios, barcos e aeronaves, não são considerados bens imobiliários.

3. A disposição do n.º 1 aplica-se aos rendimentos derivados da utilização ou fruição directas, do arrendamento ou de qualquer outra forma de utilização dos bens imobiliários. Essa disposição aplica-se igualmente aos rendimentos derivados dos bens mobiliários que, de acordo com o direito fiscal do Estado Contratante em que tais bens estiverem situados, sejam assimilados aos rendimentos dos bens imobiliários.

4. O disposto nos n.ºs 1 e 3 aplica-se igualmente aos rendimentos provenientes dos bens imobiliários de uma empresa e aos rendimentos dos bens imobiliários utilizados para o exercício de profissões liberais.

ARTIGO 7

Lucros das empresas

1. Os lucros de uma empresa de um Estado Contratante só podem ser tributados nesse Estado, a não ser que a empresa exerça a sua actividade no outro Estado Contratante por meio de um estabelecimento estável aí situado. Se a empresa exercer a sua actividade deste modo, os seus lucros podem ser tributados no outro Estado, mas unicamente na medida em que forem imputáveis a esse estabelecimento estável.

2. Quando uma empresa de um Estado Contratante exercer a sua actividade no outro Estado Contratante por meio de um estabelecimento estável aí situado, serão imputados, em cada Estado Contratante, a esse estabelecimento estável os lucros que este obteria se fosse uma empresa distinta e separada que exercesse as mesmas actividades ou actividades similares, nas mesmas condições ou em condições similares e actuando com absoluta independência.

3. Na determinação do lucro de um estabelecimento estável é permitido deduzir as despesas que tiverem sido feitas para realização dos fins prosseguidos por este estabelecimento estável, incluindo as despesas de direcção e as despesas gerais de administração efectuadas com o fim referido, quer no Estado em que esse estabelecimento estável estiver situado, quer fora dele, excluídas as despesas que não seriam dedutíveis se o estabelecimento estável fosse uma empresa desse Estado.

4. Na falta de contabilidade regular que permita determinar o lucro de uma empresa de um dos Estados Contratantes, que é imputável a um estabelecimento estável situado no outro Estado, este outro Estado pode determinar tal lucro de acordo com os métodos previstos na sua

própria legislação, contanto que esses métodos sejam conformes com os princípios contidos neste artigo.

5. Nenhum lucro será imputado a um estabelecimento estável pelo facto da simples compra de mercadorias por esse estabelecimento estável para a empresa.

6. Para efeitos dos números precedentes, os lucros a imputar ao estabelecimento estável serão calculados em cada ano segundo o mesmo método, a não ser que existam motivos válidos e suficientes para proceder de forma diferente.

7. Quando os lucros de uma empresa compreendam elementos de rendimento especialmente tratados noutros artigos desta Convenção, o disposto neste artigo não impede a aplicação das disposições desses outros artigos quanto à tributação de tais elementos do rendimento.

ARTIGO 8

Empresas de navegação marítima ou aérea

1. Por derrogação do artigo 7, n.ºs 1 a 6, os lucros provenientes da exploração de navios ou aeronaves no tráfego internacional só podem ser tributados no Estado Contratante em que estiver situada a direcção efectiva da empresa.

2. Se a direcção efectiva de uma empresa de navegação marítima no tráfego internacional se situar a bordo de um navio, a direcção efectiva considera-se situada no Estado Contratante em que se encontra o porto onde esse navio estiver registado, ou, na falta de porto de registo, no Estado Contratante de que é residente a pessoa que explora o navio.

ARTIGO 9

Empresas interdependentes

Quando uma empresa de um Estado Contratante participar directa ou indirectamente na direcção, no *contrôle*, no capital ou no financiamento de uma empresa de outro Estado Contratante, ou as mesmas pessoas participarem directa ou indirectamente na direcção, no *contrôle*, no capital ou no financiamento de uma empresa de um Estado Contratante e de uma empresa do outro Estado Contratante, e, em ambos os casos, as duas empresas, nas suas relações comerciais ou financeiras, estiverem ligadas por condições aceites ou impostas que difiram das que seriam estabelecidas entre empresas independentes, os lucros que, se não existissem essas condições, teriam sido obtidos por uma das empresas, mas não o foram por causa dessas condições, podem ser incluídos nos lucros dessa empresa e, consequentemente, tributados.

ARTIGO 10

Dividendos

1. Os dividendos atribuídos por uma sociedade residente de um Estado Contratante a um residente do outro Estado Contratante podem ser tributados nesse outro Estado.

2. Esses dividendos podem, no entanto, ser tributados no Estado Contratante de que é residente a sociedade que atribui os dividendos e de acordo com a legislação desse Estado, mas o imposto assim estabelecido não excederá 15 por cento do montante bruto de tais dividendos.

Este número não afecta a tributação da sociedade pelos lucros dos quais os dividendos são pagos.

3. O termo «dividendos», usado neste artigo, significa os rendimentos provenientes de acções, acções ou bónus de fruição, partes de minas, partes de fundador ou outros direitos, com excepção dos créditos, que permitam parti-

cipar nos lucros, assim como os rendimentos derivados de outras partes sociais submetidos ao mesmo regime que os rendimentos das acções pela legislação fiscal do Estado de que é residente a sociedade que os distribui.

Este termo significa igualmente:

- a) Os rendimentos, ainda que atribuídos sob a forma de juros, tributáveis como rendimentos de capitais investidos pelos sócios nas sociedades, que não sejam as sociedades por acções, residentes da Bélgica;
- b) Os lucros atribuídos por um residente de Portugal ao partícipe, em regime de conta em participação.

4. O disposto nos n.ºs 1 e 2 não é aplicável se o beneficiário dos dividendos residente de um Estado Contratante tiver, no outro Estado Contratante de que é residente a sociedade que paga os dividendos um estabelecimento estável a que estiver efectivamente ligada a participação que dá origem aos dividendos. Neste caso, os dividendos podem ser tributados nesse outro Estado de acordo com a sua legislação.

5. Quando uma sociedade residente de um Estado Contratante obtiver lucros ou rendimentos provenientes de outro Estado Contratante, este outro Estado não poderá exigir nenhum imposto sobre os dividendos atribuídos por essa sociedade a um residente do Estado primeiramente mencionado, nem sujeitar os lucros não distribuídos da sociedade a um imposto sobre os lucros não distribuídos, mesmo que os dividendos distribuídos ou os lucros não distribuídos consistam, total ou parcialmente, em lucros ou rendimentos provenientes desse outro Estado; esta disposição não impede esse outro Estado de tributar os dividendos relativos a uma participação que esteja efectivamente ligada a um estabelecimento estável explorado nesse outro Estado por um residente do Estado primeiramente mencionado.

ARTIGO 11

Juros

1. Os juros provenientes de um Estado Contratante e atribuídos a um residente de outro Estado Contratante podem ser tributados nesse outro Estado.

2. No entanto, esses juros podem ser tributados no Estado Contratante de que provêm e de acordo com a legislação desse Estado, mas o imposto assim estabelecido não excederá 15 por cento do montante dos juros.

3. O termo «juros», usado neste artigo, significa os rendimentos da dívida pública, de obrigações com ou sem garantia hipotecária e com direito ou não a participar nos lucros, e, sob reserva do disposto nas alíneas da segunda parte deste número, dos créditos ou depósitos de qualquer natureza, bem como os prémios de empréstimos tirados à sorte e quaisquer outros rendimentos submetidos ao mesmo regime que os rendimentos de importâncias emprestadas ou depositadas pela legislação fiscal do Estado de que provêm os rendimentos.

Este termo não compreende:

- a) Os juros assimilados aos dividendos pela alínea a) do n.º 3 do artigo 10;
- b) Os juros de créditos comerciais, incluídos os representados por títulos de crédito (*effets de commerce*), resultantes do pagamento a termo de mercadorias, produtos ou serviços fornecidos por uma empresa de um Estado Contratante a um residente de outro Estado Contratante;

- c) Os juros de contas correntes ou aberturas de crédito (*avances nominatives*) entre empresas bancárias dos dois Estados Contratantes.

Os juros previstos nas alíneas b) e c) precedentes ficarão sujeitos ao regime estabelecido no artigo 7.

4. O disposto nos n.ºs 1 e 2 não é aplicável se o beneficiário dos juros residente de um Estado Contratante tiver no outro Estado Contratante de que provêm os juros um estabelecimento estável a que estiver efectivamente ligado o crédito ou o depósito que dá origem aos juros. Neste caso, os juros podem ser tributados nesse outro Estado, de acordo com a sua legislação.

5. Os juros consideram-se provenientes de um Estado Contratante quando o devedor for esse próprio Estado, uma sua subdivisão política, uma sua autarquia local ou um residente desse Estado. Todavia, quando o devedor dos juros, seja ou não residente de um Estado Contratante, tiver num Estado Contratante um estabelecimento estável em relação com o qual haja sido contraída a obrigação que dá origem aos juros e esse estabelecimento estável suporte o pagamento desses juros como tais, esses juros são considerados provenientes do Estado Contratante em que o estabelecimento estável estiver situado.

6. Quando, devido a relações especiais existentes entre o devedor e o credor ou depositante ou entre ambos e qualquer outra pessoa, o montante dos juros, tendo em conta o crédito ou o depósito pelo qual são atribuídos, exceder o montante que seria acordado entre o devedor e o credor ou depositante, na ausência de tais relações, a limitação da taxa prevista no n.º 2 é aplicável apenas a este último montante. Neste caso, o excesso pode ser tributado, de acordo com a respectiva legislação, no Estado Contratante de que provêm os juros.

ARTIGO 12

«Redevances»

1. As *redevances* provenientes de um Estado Contratante e atribuídas a um residente de outro Estado Contratante podem ser tributadas nesse outro Estado.

2. Todavia, essas *redevances* podem ser tributadas no Estado Contratante de que provêm e de acordo com a legislação desse Estado, mas o imposto assim estabelecido não excederá 5 por cento do montante bruto das *redevances*.

3. O termo «*redevances*», usado neste artigo, significa as retribuições de qualquer natureza atribuídas pelo uso ou pela concessão do uso de um direito de autor sobre uma obra literária, artística ou científica, incluindo os filmes cinematográficos, de uma patente, de uma marca de fabrico ou de comércio, de um desenho ou de um modelo, de um plano, de uma fórmula ou de um processo secretos, bem como pelo uso ou pela concessão do uso de um equipamento industrial, comercial ou científico, que não constitua um bem compreendido no artigo 6, e por informações respeitantes a uma experiência adquirida no sector industrial, comercial ou científico.

4. O disposto nos n.ºs 1 e 2 não é aplicável se o beneficiário das *redevances* residente de um Estado Contratante tiver no outro Estado Contratante de que provêm as *redevances* um estabelecimento estável a que estiver efectivamente ligado o direito ou bem que dá origem às *redevances*. Neste caso, as *redevances* podem ser tributadas nesse outro Estado de acordo com a sua legislação.

5. As *redevances* consideram-se provenientes de um Estado Contratante quando o devedor for esse próprio Estado, uma sua subdivisão política, uma sua autarquia

local ou um residente desse Estado. Todavia, quando o devedor das *redevances*, seja ou não residente de um Estado Contratante, tiver num Estado Contratante um estabelecimento estável em relação com o qual haja sido concluído o contrato que dá origem ao pagamento das *redevances*, e esse estabelecimento estável suporte o pagamento dessas *redevances* como tais, essas *redevances* são consideradas provenientes do Estado Contratante em que o estabelecimento estável estiver situado.

6. Quando, devido a relações especiais existentes entre o devedor e o beneficiário ou entre ambos e qualquer outra pessoa, o montante das *redevances*, tendo em conta a prestação pela qual são atribuídas, exceder o montante que seria acordado entre o devedor e o beneficiário na ausência de tais relações, a limitação da taxa prevista no n.º 2 é aplicável apenas a este último montante. Neste caso, o excesso pode ser tributado, de acordo com a respectiva legislação, no Estado Contratante de que provêm as *redevances*.

ARTIGO 13

Mais-valias

1. Os ganhos provenientes da alienação de bens imobiliários, conforme são definidos no artigo 6, podem ser tributados no Estado Contratante em que tais bens estiverem situados.

2. Os ganhos provenientes da alienação de bens mobiliários que façam parte do activo de um estabelecimento estável que uma empresa de um Estado Contratante tenha no outro Estado Contratante ou de bens mobiliários afectos a uma instalação fixa de que um residente de um Estado Contratante disponha no outro Estado Contratante para o exercício de uma profissão liberal, incluindo os ganhos provenientes da alienação desse estabelecimento estável, isolado ou com o conjunto da empresa, ou dessa instalação fixa, podem ser tributados nesse outro Estado.

Todavia, os ganhos provenientes da alienação de navios ou de aeronaves utilizados no tráfego internacional e dos bens mobiliários afectos à exploração desses navios ou aeronaves só podem ser tributados no Estado Contratante em que os rendimentos derivados da exploração desses navios ou aeronaves podem ser tributados de acordo com o artigo 8.

3. Os ganhos provenientes da alienação de quaisquer outros bens, incluindo uma participação numa sociedade por acções que não faça parte do activo de um estabelecimento estável, considerado na primeira parte do n.º 2, só podem ser tributados no Estado Contratante de que o alienante é residente.

ARTIGO 14

Profissões independentes

1. Os rendimentos obtidos por um residente de um Estado Contratante pelo exercício de uma profissão liberal ou de outras actividades independentes de carácter similar só podem ser tributados nesse Estado, a não ser que esse residente disponha, de forma habitual no outro Estado, de uma instalação fixa para o exercício das suas actividades. Se dispuser dessa instalação, os rendimentos podem ser tributados no outro Estado, mas unicamente na medida em que forem imputáveis às actividades exercidas por meio de tal instalação fixa.

2. A expressão «profissões liberais» abrange, em especial, as actividades independentes de carácter científico, literário, artístico, educativo ou pedagógico, bem como as actividades independentes de médicos, advogados, engenheiros, arquitectos, dentistas e contabilistas.

ARTIGO 15

Profissões dependentes

1. Com ressalva do disposto nos artigos 16, 18, 19, n.º 1, e 20, os salários, ordenados e remunerações similares obtidos de um emprego por um residente de um Estado Contratante só podem ser tributados nesse Estado, a não ser que o emprego seja exercido no outro Estado Contratante. Se o emprego for aí exercido, as remunerações correspondentes podem ser tributadas nesse outro Estado.

2. Não obstante o disposto no n.º 1 e com as ressalvas aí mencionadas, as remunerações obtidas por um residente de um Estado Contratante, de um emprego não abrangido no n.º 3 exercido no outro Estado Contratante, só podem ser tributadas no Estado primeiramente mencionado se:

- a) As remunerações constituírem retribuição de actividade exercida no outro Estado durante um período ou períodos, compreendida a duração das interrupções normais do trabalho que, no ano civil em causa, não exceda no total cento e oitenta e três dias;
- b) As remunerações forem pagas por uma entidade patronal ou em nome de uma entidade patronal que não seja residente do outro Estado; e
- c) As remunerações não forem suportadas como tais por um estabelecimento estável ou por uma instalação fixa que a entidade patronal tenha no outro Estado.

3. Não obstante o disposto no n.º 1, as remunerações de um emprego exercido a bordo de um navio ou de uma aeronave no tráfego internacional são consideradas como obtidas em consequência de uma actividade exercida no Estado Contratante onde está situada a direcção efectiva da empresa e podem ser tributadas nesse Estado.

ARTIGO 16

Administradores e membros dos conselhos fiscais de sociedades

1. As percentagens, senhas de presença e remunerações similares obtidas por um residente de um Estado Contratante na qualidade de membro do conselho de administração ou fiscal ou de outro órgão análogo de uma sociedade residente do outro Estado Contratante podem ser tributadas nesse outro Estado.

2. As remunerações que as pessoas abrangidas no n.º 1 auferem noutra qualidade podem ser tributadas em conformidade com o artigo 15.

ARTIGO 17

Artistas e desportistas

Não obstante o disposto nos artigos 14 e 15, os rendimentos obtidos pelos profissionais do espectáculo, tais como artista de teatro, cinema, rádio ou televisão e músicos, bem como pelos desportistas, provenientes das suas actividades pessoais exercidas nessa qualidade, podem ser tributados no Estado Contratante em que essas actividades forem exercidas.

ARTIGO 18

Pensões

Com ressalva do disposto no n.º 1 do artigo 19, as pensões e remunerações similares pagas a um residente

de um Estado Contratante em consequência de um emprego anterior só podem ser tributadas nesse Estado.

ARTIGO 19

Remunerações e pensões públicas

1. As remunerações, incluindo as pensões, pagas por um Estado Contratante ou por uma das suas subdivisões políticas ou autarquias locais, quer directamente, quer através de fundos por eles constituídos, a uma pessoa singular em consequência de serviços prestados a esse Estado ou a uma das suas subdivisões políticas ou autarquias locais só podem ser tributadas nesse Estado.

Esta disposição não se aplica no caso de o beneficiário desses rendimentos ter a nacionalidade do outro Estado Contratante sem ter ao mesmo tempo a nacionalidade do primeiro Estado.

2. O disposto no n.º 1 não se aplica às remunerações ou pensões pagas em consequência de serviços prestados em relação com uma actividade comercial ou industrial exercida por um Estado Contratante ou uma subdivisão política ou autarquia local.

ARTIGO 20

Estudantes

Um estudante ou um estagiário que é, ou que foi antes, residente de um Estado Contratante e que permanece no outro Estado Contratante com o único fim de aí prosseguir os seus estudos ou a sua formação não é tributado nesse outro Estado:

- a) Pelas importâncias que recebe de fonte situada fora dele para fazer face às despesas com a sua manutenção, estudos ou formação;
- b) Pelas remunerações que recebe em consequência de um emprego nele exercido durante um período ou períodos, compreendida a duração das interrupções normais do trabalho que, no ano civil em causa, não exceda no total cento e oitenta dias, desde que o conjunto das referidas importâncias e remunerações não seja superior mensalmente a 10 000 francos belgas ou ao equivalente desta importância em escudos, segundo a cotação oficial do câmbio.

ARTIGO 21

Rendimentos não expressamente mencionados

Os elementos do rendimento de um residente de um Estado Contratante que são de natureza ou que provêm de fontes não mencionadas nos artigos anteriores da Convenção e que estão nele sujeitos a imposto só podem ser tributados nesse Estado.

ARTIGO 22

Limitação dos efeitos da Convenção

1. Nenhuma disposição da Convenção limitará a tributação de uma sociedade residente da Bélgica no caso de compra das suas próprias acções ou partes sociais ou por ocasião de partilha do respectivo património social.

2. Nenhuma disposição da Convenção impedirá Portugal de cobrar o imposto sobre os ganhos provenientes da incorporação de reservas no capital das sociedades residentes de Portugal ou da emissão de acções com reserva de preferência para sócios de tais sociedades.

CAPÍTULO IV

Disposições preventivas da dupla tributação

ARTIGO 28

1. No que diz respeito aos residentes de Portugal, a dupla tributação será evitada do seguinte modo:

a) Quando um residente de Portugal obtiver rendimentos que, de acordo com o disposto nesta Convenção, possam ser tributados na Bélgica, Portugal deduzirá do imposto sobre tais rendimentos desse residente uma importância igual ao imposto belga sobre os mesmos rendimentos. A importância deduzida não poderá, contudo, exceder:

1) A fracção do imposto belga correspondente à parte dos rendimentos anteriormente referidos tributada em Portugal, sendo a dita fracção do imposto belga, para a parte excedente dos juros e das *redevances*, compreendida no n.º 6 do artigo 11 e no n.º 6 do artigo 12, calculada segundo as taxas previstas, respectivamente, no n.º 2 do artigo 11 e no n.º 2 do artigo 12;

2) A fracção do imposto português, calculado antes da dedução, que corresponder aos rendimentos tributados na Bélgica.

b) Não obstante o disposto na alínea a), Portugal isentará as remunerações abrangidas no artigo 20 recebidas por um residente de Portugal em consequência de um emprego exercido na Bélgica.

2. No que respeita aos residentes da Bélgica, a dupla tributação será evitada do seguinte modo:

a) Quando um residente da Bélgica obtiver rendimentos não compreendidos nas alíneas b) a d) seguintes que possam ser tributados em Portugal em conformidade com o disposto nesta Convenção, a Bélgica isentará de imposto estes rendimentos, mas poderá, para calcular o quantitativo dos seus impostos sobre o resto do rendimento desse residente, aplicar a taxa que aplicaria se tais rendimentos não tivessem sido isentos.

Quando o referido residente for uma sociedade, que não seja sociedade por acções, a isenção acima prevista aplicar-se-á aos respectivos sócios na medida em que estes possam ser tributados, em conformidade com a legislação belga, por tais rendimentos e desde que o não sejam a título de rendimentos de capitais investidos na sociedade;

b) Quando um residente da Bélgica obtiver rendimentos tributáveis em Portugal em virtude do n.º 2 do artigo 10, dos n.ºs 2 e 6 do artigo 11 ou dos n.ºs 2 e 6 do artigo 12, a Bélgica concederá, por um lado, sobre o imposto das pessoas singulares relativo aos dividendos e, por outro lado, sobre esse imposto e sobre o imposto das sociedades relativos aos outros rendimentos precedentemente mencionados uma dedução a título de quota fixa (*quotité forfaitaire*) do imposto estrangeiro, determinada nas condições e segundo a taxa previstas pela legislação belga,

sem que esta taxa possa ser inferior à do imposto recebido em Portugal sobre tais rendimentos, em conformidade com o n.º 2 do artigo 10, n.º 2 do artigo 11 ou n.º 2 do artigo 12, conforme o caso.

Por derrogação do disposto na sua legislação, a Bélgica concederá igualmente essas deduções em relação aos rendimentos precedentemente indicados que possam ser tributados em Portugal em virtude da Convenção e das disposições gerais da legislação portuguesa, quando aí estejam temporariamente isentos de impostos em virtude de disposições legais particulares tendentes a favorecer os investimentos necessários ao desenvolvimento da economia da República Portuguesa. As autoridades competentes dos Estados Contratantes determinarão de mútuo acordo os rendimentos que beneficiarão desta disposição;

c) Quando uma sociedade residente da Bélgica for proprietária de acções ou partes de uma sociedade residente de Portugal e sujeita neste Estado a contribuição industrial, os dividendos que lhe forem atribuídos por esta última sociedade serão isentos na Bélgica do imposto das sociedades, na medida em que esta isenção seria concedida se as duas sociedades fossem residentes da Bélgica. Esta disposição não excluirá a cobrança sobre os dividendos do imposto antecipado mobiliário (*précompte mobilier*) exigível segundo a legislação belga, mas a taxa deste imposto antecipado não poderá ser superior à diferença entre a taxa máxima do imposto das sociedades aplicável ao conjunto ou a uma parte dos lucros das sociedades residentes da Bélgica e a taxa prevista no n.º 2 do artigo 10;

d) Quando uma sociedade residente da Bélgica for proprietária exclusiva durante todo o exercício social de uma sociedade por acções residente em Portugal sujeita neste Estado a contribuição industrial, de acções ou partes desta última sociedade, será igualmente isenta do imposto antecipado mobiliário (*précompte mobilier*) exigível, segundo a legislação belga, sobre os dividendos destas acções ou partes, desde que faça o pedido por escrito o mais tardar no prazo estabelecido para a entrega da sua declaração anual; mas por ocasião da redistribuição aos seus próprios accionistas desses dividendos não sujeitos ao imposto antecipado mobiliário (*précompte mobilier*), eles não poderão ser deduzidos dos dividendos distribuídos sujeitos ao imposto antecipado mobiliário (*précompte mobilier*). Esta disposição não será aplicável quando a primeira sociedade optar válidamente pela sujeição dos seus lucros ao imposto das pessoas singulares;

e) Quando, em conformidade com a legislação belga, os prejuízos sofridos por uma empresa da Bélgica num estabelecimento estável situado em Portugal forem efectivamente deduzidos dos lucros desta empresa para efeitos da sua tributação na Bélgica, a isenção prevista na alínea a) não se aplicará aos lucros de outros períodos tributáveis que sejam imputáveis a este estabelecimento, na medida em que tais lucros forem também isentos de imposto em Portugal por qualquer período tributável em virtude da sua compensação com os ditos prejuízos.

CAPÍTULO V

Disposições especiais

ARTIGO 24

Não discriminação

1. Os nacionais de um Estado Contratante não ficarão sujeitos no outro Estado Contratante a nenhuma tributação ou obrigação com ela conexa diferentes ou mais gravosas do que aquelas a que estejam ou possam estar sujeitos os nacionais desse outro Estado que se encontrem na mesma situação.

2. O termo «nacionais» designa:

- a) Todas as pessoas singulares que tenham a nacionalidade de um Estado Contratante;
- b) Todas as pessoas colectivas, sociedades de pessoas e associações constituídas de harmonia com a legislação em vigor num Estado Contratante.

3. Os apátridas não ficarão sujeitos num Estado Contratante a nenhuma tributação ou obrigação com ela conexa diferentes ou mais gravosas do que aquelas a que estejam ou possam estar sujeitos os nacionais desse Estado que se encontrem na mesma situação.

4. Nenhuma disposição desta Convenção poderá ser interpretada:

- a) No sentido de obrigar um Estado Contratante a conceder aos residentes do outro Estado Contratante as deduções pessoais, abatimentos e reduções para efeitos fiscais atribuídos em função do estado civil ou encargos familiares concedidos aos seus próprios residentes;
- b) No sentido de impedir a Bélgica de tributar os nacionais de Portugal que não sejam residentes da Bélgica, mas nela disponham de uma habitação, sobre a importância mínima de rendimento determinado pela sua legislação e aplicável aos não residentes deste Estado, sejam ou não seus nacionais, que nele disponham de uma habitação.

5. A tributação de um estabelecimento estável que uma empresa de um Estado Contratante tenha no outro Estado Contratante não será nesse outro Estado menos favorável do que a das empresas desse outro Estado que exerçam as mesmas actividades.

Esta disposição não impedirá que os lucros imputáveis ao estabelecimento estável de que disponha num Estado Contratante ou em outro agrupamento de pessoas com a sua direcção efectiva nesse outro Estado Contratante sejam tributados globalmente no primeiro Estado segundo a taxa estabelecida pela sua legislação nacional, desde que aquela não exceda a taxa máxima do imposto aplicável ao conjunto ou a uma fracção dos lucros das sociedades residentes do primeiro Estado.

6. Salvo no caso de aplicação do artigo 9, os juros, *redevances* e outros gastos pagos por uma empresa de um Estado Contratante a um residente do outro Estado Contratante serão dedutíveis para a determinação do lucro tributável dessa empresa, nas condições em que o seriam se fossem pagos a um residente do primeiro Estado.

7. As empresas de um Estado Contratante cujo capital, total ou parcialmente, directa ou indirectamente, seja possuído ou controlado por um ou mais residentes de outro Estado Contratante não ficarão sujeitas, no Estado Contratante primeiramente mencionado, a nenhuma tributação ou obrigação com ela conexa diferentes ou mais gravosas do que aquelas a que estejam ou possam estar sujeitas as empresas similares desse primeiro Estado.

8. O termo «tributação» designa, no presente artigo, os impostos compreendidos no artigo 2.

ARTIGO 25

Procedimento amigável

1. Quando um residente de um Estado Contratante considerar que as medidas tomadas por um Estado Contratante ou por ambos os Estados Contratantes conduzam ou poderão conduzir, em relação a si, a uma dupla tributação não conforme com esta Convenção, poderá, independentemente dos recursos estabelecidos pela legislação nacional desses Estados, submeter à apreciação da autoridade competente do Estado Contratante de que é residente um pedido escrito e fundamentado de revisão desta tributação.

O pedido deverá ser apresentado dentro de dois anos a contar da data da comunicação da segunda tributação ou no caso de imposto devido na fonte, da data da respectiva entrega ao Estado.

2. A autoridade competente referida no n.º 1, se a reclamação se lhe afigurar fundada e não estiver em condições de lhe dar uma solução satisfatória, esforçar-se-á por resolver a questão através de acordo amigável com a autoridade competente do outro Estado Contratante, a fim de evitar a dupla tributação não conforme com a Convenção.

3. As autoridades competentes dos Estados Contratantes esforçar-se-ão por resolver, através de acordo amigável, as dificuldades ou as dúvidas a que possa dar lugar a aplicação da Convenção. Se se afigurar que tal acordo poderá ser facilitado por troca de impressões orais, poderão as autoridades competentes reunir-se com esse objectivo.

4. As autoridades competentes dos Estados Contratantes acordarão nas medidas administrativas necessárias à execução do disposto nesta Convenção e designadamente em matéria das justificações a fornecer pelos residentes de qualquer dos Estados para beneficiarem no outro Estado das isenções ou reduções de imposto estabelecidas nesta Convenção.

ARTIGO 26

Troca de informações

1. As autoridades competentes dos Estados Contratantes trocarão entre si as informações necessárias para aplicar esta Convenção e as leis internas dos Estados Contratantes relativas aos impostos abrangidos por esta Convenção na medida em que a tributação nelas prevista for conforme com esta Convenção.

Todas as informações deste modo obtidas serão consideradas secretas e só poderão ser comunicadas, além de ao contribuinte ou seu representante, às pessoas ou autoridades encarregadas de lançamento ou cobrança dos impostos abrangidos por esta Convenção e das reclamações e recursos a eles relativos, bem como às autoridades judiciais, com vista à repressão penal.

2. O imposto no n.º 1 nunca poderá ser interpretado no sentido de impor a um dos Estados Contratantes a obrigação:

- a) De tomar medidas administrativas contrárias à sua legislação ou à sua prática administrativa ou às do outro Estado Contratante;
- b) De fornecer informações que não possam ser obtidas com base na sua legislação ou no âmbito da sua prática administrativa normal ou das do outro Estado Contratante;
- c) De transmitir informações reveladoras de segredos comerciais, industriais, ou profissionais ou de processos comerciais ou informações cuja comunicação seria contrária à ordem pública.

ARTIGO 27

Funcionários diplomáticos e consulares

O disposto nesta Convenção não prejudicará os privilégios fiscais de que beneficiem os membros das missões diplomáticas ou consulares em virtude de regras gerais do direito internacional ou de disposições de acordos especiais.

ARTIGO 28

Extensão territorial

1. Esta Convenção poderá tornar-se extensiva, nos termos presentes ou com as necessárias modificações, a todo ou a parte do território de Portugal não abrangido no campo de aplicação da Convenção que exija impostos de carácter análogo àqueles a que se aplica a Convenção.

Tal extensão tornar-se-á efectiva, na data, com as modificações e nas condições, incluindo as relativas à cessação de aplicação, fixadas de comum acordo entre os Estados Contratantes por troca de notas diplomáticas ou segundo outro procedimento conforme com as respectivas disposições constitucionais.

2. A não ser que outra coisa seja convencionada entre os dois Estados Contratantes, quando a Convenção for denunciada por um deles segundo o artigo 30, deixará de se aplicar, nas condições previstas nesse artigo, a todo o território de Portugal a que, de acordo com este artigo, se tenha tornado extensiva.

CAPÍTULO VI

Disposições finais

ARTIGO 29

Entrada em vigor

1. A Convenção será ratificada e os instrumentos de ratificação serão trocados o mais cedo possível em Lisboa.

2. A Convenção entrará em vigor no décimo quinto dia seguinte ao da troca dos instrumentos de ratificação e as suas disposições serão aplicáveis:

- a) Relativamente à Bélgica:
 - 1) Aos impostos devidos na fonte cujo factor gerador surja a partir de 1 de Janeiro do ano seguinte ao da entrada em vigor da Convenção;
 - 2) Aos demais impostos lançados sobre rendimentos de período tributáveis que terminem a partir de 31 de Dezembro do

ano seguinte ao da entrada em vigor da Convenção;

- 3) Não obstante o disposto nos n.ºs 1) e 2), e no que respeita ao artigo 8, aos impostos lançados sobre os lucros realizados no decurso de exercícios encerrados a partir de 31 de Dezembro de 1963.

b) Relativamente a Portugal:

- 1) Aos impostos devidos na fonte cujo facto gerador surja a partir de 1 de Janeiro do ano seguinte ao da entrada em vigor da Convenção;
- 2) Aos demais impostos lançados sobre rendimentos relativos ao ano civil seguinte ao da entrada em vigor da Convenção e aos anos posteriores;
- 3) Não obstante o disposto nos n.ºs 1) e 2), e no que respeita ao artigo 8, aos impostos lançados sobre os lucros relativos ao ano civil de 1963 e aos anos seguintes.

ARTIGO 30

Denúncia

A presente Convenção estará em vigor indefinidamente, mas qualquer dos Estados Contratantes poderá, a partir do terceiro ano a contar do ano da troca dos instrumentos de ratificação, denunciá-la ao outro Estado Contratante, por via diplomática e por escrito, com um aviso prévio mínimo de seis meses antes do fim de qualquer ano civil. Nesse caso, a Convenção aplicar-se-á pela última vez:

a) Relativamente à Bélgica:

- 1) Aos impostos devidos na fonte cujo facto gerador surja o mais tardar em 31 de Dezembro do ano da denúncia;
- 2) Aos demais impostos lançados sobre rendimentos de períodos tributáveis que terminem o mais tardar em 31 de Dezembro do ano da denúncia.

b) Relativamente a Portugal:

- 1) Aos impostos devidos na fonte cujo facto gerador surja o mais tardar em 31 de Dezembro do ano da denúncia;
- 2) Aos demais impostos lançados sobre rendimentos relativos ao ano da denúncia.

Convention entre le Portugal et la Belgique en vue d'Eviter les Doubles Impositions et de Régler Certaines Autres Questions en Matière d'Impôts sur le Revenu.

Le Président de la République Portugaise et Sa Majesté le Roi des Belges, désireux d'éviter les doubles impositions et de régler certaines autres questions en matière d'impôts sur le revenu, ont décidé de conclure une convention et ont nommé à cet effet pour leurs plénipotentiaires, savoir:

Le Président de la République Portugaise, Son Excellence Monsieur Armando Ramos de Paula Coelho, ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire du Portugal à Bruxelles; et Sa Majesté le Roi des Belges, Son Excellence Monsieur P. Harmel, Ministre des Affaires étrangères, lesquels, après avoir échangé leurs pleins pouvoirs,

reconnus en bonne et due forme, sont convenus des dispositions suivantes:

I. Champ d'application de la Convention

ARTICLE 1

Personnes visées

La présente Convention s'applique aux personnes qui sont des résidents d'un Etat contractant ou de chacun des deux Etats.

ARTICLE 2

Impôts visés

§ 1. La présente Convention s'applique aux impôts sur le revenu perçus pour le compte de chacun des Etats contractants, de ses subdivisions politiques et de ses collectivités locales, quel que soit le système de perception.

§ 2. Sont considérés comme impôts sur le revenu les impôts perçus sur le revenu total ou sur des éléments du revenu, y compris les impôts sur les gains provenant de l'aliénation de biens mobiliers ou immobiliers, ainsi que les impôts sur les plus-values.

§ 3. Les impôts actuels auxquels s'applique la Convention sont notamment:

1° En ce qui concerne la Belgique:

- a) L'impôt des personnes physiques;
- b) L'impôt des sociétés;
- c) L'impôt des personnes morales;
- d) L'impôt des non-résidents, y compris les précomptes et les compléments de précomptes, les centimes additionnels aux-dits impôts et précomptes ainsi que la taxe communale additionnelle à l'impôt des personnes physiques (ci-après dénommés «l'impôt belge»).

2° En ce qui concerne le Portugal:

- a) L'impôt foncier (contribuição predial);
- b) L'impôt sur l'industrie agricole (imposto sobre a indústria agrícola);
- c) L'impôt industriel (contribuição industrial);
- d) L'impôt sur le revenu de capitaux (imposto de capitais);
- e) L'impôt professionnel (imposto profissional);
- f) L'impôt complémentaire (imposto complementar);
- g) L'impôt pour la défense et le développement d'outre-mer (imposto para a defesa e valorização do ultramar);
- h) L'impôt sur les plus-values (imposto de mais-valias);
- i) Les centimes additionnels perçus sur les impôts énumérés sub a) à h);
- j) Les autres impôts perçus pour le compte des collectivités locales dont le montant est déterminé en fonction des impôts énumérés sub a) à h) et les additionnels correspondants (ci-après dénommés «l'impôt portugais»).

§ 4. La Convention s'appliquera aussi aux impôts futurs de nature identique ou analogue qui s'ajouteraient aux impôts actuels ou qui les remplaceraient. Les autorités compétentes des Etats contractants se communique-

ront au début de chaque année les modifications apportées à leurs législations fiscales respectives au cours de l'année précédente.

II. Définitions

ARTICLE 3

Définitions générales

§ 1. Au sens de la présente Convention, à moins que le contexte n'exige une interprétation différente:

- 1° Le terme «Belgique» employé dans un sens géographique désigne le territoire du Royaume de Belgique; le terme «Portugal» employé dans le même sens désigne le Portugal européen, comprenant le territoire continental ainsi que les archipels des Açores et de Madère;
- 2° Les expressions «un Etat contractant» et «l'autre Etat contractant» désignent, suivant le contexte, la Belgique ou le Portugal;
- 3° Le terme «personne» comprend les personnes physiques, les sociétés et tous autres groupements de personnes;
- 4° Le terme «société» désigne toute personne morale ou toute autre entité qui est imposable comme telle sur ses revenus dans l'Etat dont elle est un résident;
- 5° Les expressions «entreprise d'un Etat contractant» et «entreprise de l'autre Etat contractant» désignent respectivement une entreprise exploitée par un résident d'un Etat contractant et une entreprise exploitée par un résident de l'autre Etat contractant;
- 6° L'expression «autorité compétente» désigne:
 - a) En ce qui concerne la Belgique, l'autorité compétente suivant la législation belge, et
 - b) En ce qui concerne le Portugal, le Ministre des Finances ou son représentant.

§ 2. Pour l'application de la Convention par un Etat contractant, toute expression qui n'est pas autrement définie a le sens qui lui est attribué par la législation dudit Etat régissant les impôts qui font l'objet de la Convention, à moins que le contexte n'exige une interprétation différente.

ARTICLE 4

Domicile fiscal

§ 1. Au sens de la présente Convention, l'expression «résident(e) d'un Etat contractant» désigne toute personne qui, en vertu de la législation dudit Etat, est assujettie à l'impôt dans cet Etat en raison de son domicile, de sa résidence, de son siège de direction ou de tout autre critère de nature analogue. Elle désigne aussi les sociétés de droit belge — autres que les sociétés par actions — qui ont opté pour l'assujettissement de leurs bénéficiaires à l'impôt des personnes physiques.

§ 2. Lorsque, selon la disposition du § 1, une personne physique est considérée comme résidente de chacun des Etats contractants, le cas est résolu d'après les règles suivantes:

- a) Cette personne est considérée comme résidente de l'Etat contractant où elle dispose d'un foyer d'habitation permanent. Lorsqu'elle dispose d'un foyer d'habitation permanent dans chacun des Etats contractants, elle est considérée comme résidente de l'Etat contractant

avec lequel ses liens personnels et économiques sont les plus étroits (centre des intérêts vitaux);

- b) Si l'Etat contractant où cette personne a le centre de ses intérêts vitaux ne peut pas être déterminé, ou qu'elle ne dispose d'un foyer d'habitation permanent dans aucun des Etats contractants, elle est considérée comme résidente de l'Etat contractant où elle séjourne de façon habituelle;
- c) Si cette personne séjourne de façon habituelle dans chacun des Etats contractants ou qu'elle ne séjourne de façon habituelle dans aucun d'eux, elle est considérée comme résidente de l'Etat contractant dont elle possède la nationalité;
- d) Si cette personne possède la nationalité de chacun des Etats contractants ou qu'elle ne possède la nationalité d'aucun d'eux, les autorités compétentes des Etats contractants tranchent la question d'un commun accord.

§ 3. Lorsque, selon la disposition du § 1, une personne autre qu'une personne physique est considérée comme résidente de chacun des Etats contractants, elle est réputée résidente de l'Etat contractant où se trouve son siège de direction effective.

ARTICLE 5

Etablissement stable

§ 1. Au sens de la présente Convention, l'expression «établissement stable» désigne une installation fixe d'affaires où l'entreprise exerce tout ou partie de son activité.

§ 2. L'expression «établissement stable» comprend notamment:

- a) Un siège de direction;
- b) Une succursale;
- c) Un bureau;
- d) Une usine;
- e) Un atelier;
- f) Une mine, une carrière ou tout autre lieu d'extraction de ressources naturelles;
- g) Un chantier de construction ou de montage dont la durée dépasse douze mois.

§ 3. On ne considère pas qu'il y a établissement stable si:

- a) Il est fait usage d'installations aux seules fins de stockage, d'exposition ou de livraison de marchandises appartenant à l'entreprise;
- b) Des marchandises appartenant à l'entreprise sont entreposées aux seules fins de stockage, d'exposition ou de livraison;
- c) Des marchandises appartenant à l'entreprise sont entreposées aux seules fins de transformation par une autre entreprise;
- d) Une installation fixe d'affaires est utilisée aux seules fins d'acheter des marchandises ou de réunir des informations pour l'entreprise;
- e) Une installation fixe d'affaires est utilisée, pour l'entreprise, aux seules fins de publicité, de fourniture d'informations, de recherches scientifiques ou d'activités analogues qui ont un caractère préparatoire ou auxiliaire.

§ 4. Une personne — autre qu'un agent jouissant d'un statut indépendant visé au § 5 — qui agit dans un

Etat contractant pour le compte d'une entreprise de l'autre Etat contractant est considérée comme constituant un établissement stable de l'entreprise dans le premier Etat si elle dispose dans cet Etat de pouvoirs qu'elle y exerce habituellement, lui permettant de conclure des contrats au nom de l'entreprise, à moins que l'activité de cette personne ne soit limitée à l'achat de marchandises pour l'entreprise.

§ 5. On ne considère pas qu'une entreprise d'un Etat contractant a un établissement stable dans l'autre Etat contractant du seul fait qu'elle y exerce son activité par l'entremise d'un courtier, d'un commissionnaire général ou de tout autre intermédiaire jouissant d'un statut indépendant, à condition que ces personnes agissent dans le cadre ordinaire de leur activité.

§ 6. Le fait qu'une société résidente d'un Etat contractant contrôle une société qui est un résident de l'autre Etat contractant ou qui y exerce son activité (que ce soit par l'intermédiaire d'un établissement stable ou non) ne suffit pas, en lui-même, à faire de l'une quelconque de ces sociétés un établissement stable de l'autre.

III. Imposition des revenus

ARTICLE 6

Revenus de biens immobiliers

§ 1. Les revenus provenant de biens immobiliers sont imposables dans l'Etat contractant où ces biens sont situés.

§ 2. L'expression «biens immobiliers» est définie conformément au droit de l'Etat contractant où les biens considérés sont situés. L'expression englobe en tous cas les accessoires, le cheptel mort ou vif des exploitations agricoles et forestières, les droits auxquels s'appliquent les dispositions du droit privé concernant la propriété foncière, l'usufruit des biens immobiliers et les droits à des redevances variables ou fixes pour l'exploitation ou la concession de l'exploitation de gisements minéraux, sources et autres richesses du sol. Les créances garanties par hypothèques sur les biens susvisés ainsi que les navires, bateaux et aéronefs ne sont pas considérés comme des biens immobiliers.

§ 3. La disposition du § 1 s'applique aux revenus provenant de l'exploitation ou de la jouissance directes, de la location ou de l'affermage, ainsi que de toute autre forme d'exploitation de biens immobiliers. Cette disposition s'applique aussi aux revenus de biens mobiliers qui, suivant le droit fiscal de l'Etat contractant où lesdits biens sont situés, sont assimilés aux revenus de biens immobiliers.

§ 4. Les dispositions des §§ 1 et 3 s'appliquent également aux revenus provenant des biens immobiliers d'une entreprise ainsi qu'aux revenus des biens immobiliers servant à l'exercice d'une profession libérale.

ARTICLE 7

Bénéfices des entreprises

§ 1. Les bénéfices d'une entreprise d'un Etat contractant ne sont imposables que dans cet Etat, à moins que l'entreprise n'exerce son activité dans l'autre Etat contractant par l'intermédiaire d'un établissement stable qui y est situé. Si l'entreprise exerce son activité d'une telle façon, les bénéfices de l'entreprise sont imposables dans l'autre Etat, mais uniquement dans la mesure où ils sont imposables audit établissement stable.

§ 2. Lorsqu'une entreprise d'un Etat contractant exerce son activité dans l'autre Etat contractant par l'intermé-

diaire d'un établissement stable qui y est situé, il est imputé, dans chaque Etat contractant, à cet établissement stable les bénéfices qu'il aurait pu réaliser s'il avait constitué une entreprise distincte et séparée exerçant des activités identiques ou analogues dans des conditions identiques ou analogues et agissant en toute indépendance.

§ 3. Dans le calcul des bénéfices d'un établissement stable, sont admises en déduction les dépenses exposées aux fins poursuivies par cet établissement stable, y compris les dépenses de direction et les frais généraux d'administration ainsi exposés, soit dans l'Etat où est situé cet établissement stable, soit ailleurs, mais à l'exclusion des dépenses qui ne seraient pas déductibles si l'établissement stable était une entreprise dudit Etat.

§ 4. A défaut de comptabilité régulière permettant de déterminer le bénéfice d'une entreprise de l'un des Etats contractants, qui est imputable à un établissement stable situé dans l'autre Etat, cet autre Etat peut déterminer ledit bénéfice suivant les méthodes prévues dans sa propre législation, à condition que ces méthodes soient conformes aux principes contenus dans le présent article.

§ 5. Aucun bénéfice n'est imputé à un établissement stable du fait que cet établissement stable a simplement acheté des marchandises pour l'entreprise.

§ 6. Aux fins des paragraphes précédents, les bénéfices à imputer à l'établissement stable sont calculés chaque année selon la même méthode, à moins qu'il n'existe des motifs valables et suffisants de procéder autrement.

§ 7. Lorsque les bénéfices d'une entreprise comprennent des éléments de revenu traités séparément dans d'autres articles de cette Convention, les dispositions du présent article ne font pas obstacle à l'application des dispositions de ces autres articles pour la taxation de ces éléments de revenu.

ARTICLE 8

Entreprises de navigation maritime ou aérienne

§ 1. Par dérogation à l'article 7, §§ 1 à 6, les bénéfices provenant de l'exploitation en trafic international de navires ou d'aéronefs ne sont imposables que dans l'Etat contractant où est situé le siège de la direction effective de l'entreprise.

§ 2. Si le siège de la direction effective d'une entreprise de navigation maritime en trafic international est à bord d'un navire, ce siège est réputé situé dans l'Etat contractant où se trouve le port d'attache de ce navire ou, à défaut de port d'attache, dans l'Etat contractant dont l'exploitant du navire est un résident.

ARTICLE 9

Entreprises interdépendantes

Lorsqu'une entreprise d'un Etat contractant participe directement ou indirectement à la direction, au contrôle, au capital ou au financement d'une entreprise de l'autre Etat contractant, ou que les mêmes personnes participent directement ou indirectement à la direction, au contrôle, au capital ou au financement d'une entreprise d'un Etat contractant et d'une entreprise de l'autre Etat contractant, et que, dans l'un et l'autre cas, les deux entreprises sont, dans leurs relations commerciales ou financières, liées par des conditions acceptées ou imposées, qui diffèrent de celles qui seraient conclues entre des entreprises indépendantes, les bénéfices qui, sans ces conditions, auraient été obtenus par l'une des entreprises mais n'ont pu l'être en fait à cause de ces conditions, peuvent être inclus dans les bénéfices de cette entreprise et imposés en conséquence.

ARTICLE 10

Dividendes

§ 1. Les dividendes attribués par une société résidente d'un Etat contractant à un résident de l'autre Etat contractant sont imposables dans cet autre Etat.

§ 2. Toutefois, ces dividendes peuvent être imposés dans l'Etat contractant dont la société qui attribue les dividendes est un résident et selon la législation de cet Etat, mais l'impôt ainsi établi ne peut excéder 15 pour cent du montant brut desdits dividendes.

Ce paragraphe ne concerne pas l'imposition de la société pour les bénéfices qui servent au paiement des dividendes.

§ 3. Le terme «dividendes» employé dans le présent article désigne les revenus provenant d'actions, actions ou bons de jouissance, parts de mine, parts de fondateur ou autres parts bénéficiaires à l'exception des créances, ainsi que les revenus d'autres parts sociales soumis au même régime que les revenus d'actions par la législation fiscale de l'Etat dont la société distributrice est un résident.

Ce terme désigne également:

- a) Les revenus — même attribués sous la forme d'intérêts — imposables au titre de revenus de capitaux investis par les associés dans les sociétés autres que les sociétés par actions, résidentes de la Belgique;
- b) Les bénéfices attribués par un résident du Portugal à un associé occulte dans une association en participation.

§ 4. Les dispositions des §§ 1 et 2 ne s'appliquent pas lorsque le bénéficiaire des dividendes, résident d'un Etat contractant, a dans l'autre Etat contractant dont la société qui paie les dividendes est un résident un établissement stable auquel se rattache effectivement la participation génératrice des dividendes. Dans ce cas, les dividendes sont imposables dans cet autre Etat conformément à sa législation.

§ 5. Lorsqu'une société résidente d'un Etat contractant tire des bénéfices ou des revenus de l'autre Etat contractant, cet autre Etat ne peut percevoir aucun impôt sur les dividendes attribués par cette société à un résident du premier Etat, ni aucun impôt au titre d'imposition complémentaire des bénéfices non distribués de la société, même si les dividendes distribués ou les bénéfices non distribués consistent en tout ou en partie en bénéfices ou revenus provenant de cet autre Etat; cette disposition n'empêche pas cet autre Etat d'imposer les dividendes afférents à une participation qui se rattache effectivement à un établissement stable exploité dans cet autre Etat par un résident du premier Etat.

ARTICLE 11

Intérêts

§ 1. Les intérêts provenant d'un Etat contractant et attribués à un résident de l'autre Etat contractant sont imposables dans cet autre Etat.

2. Toutefois, ces intérêts peuvent être imposés dans l'Etat contractant d'où ils proviennent et selon la législation de cet Etat, mais l'impôt ainsi établi ne peut excéder 15 pour cent de leur montant.

§ 3. Le terme «intérêts» employé dans le présent article désigne les revenus des fonds publics, des obligations d'emprunts, assorties ou non de garanties hypothécaires ou d'une clause de participation aux bénéfices, et, sous réserve de l'alinéa suivant, des créances ou dépôts de

toute nature, ainsi que les lots d'emprunts et tous autres produits soumis au même régime que les revenus de sommes prêtées ou déposées par la législation fiscale de l'Etat d'où proviennent les revenus.

Ce terme ne comprend pas:

- a) Les intérêts assimilés à des dividendes par l'article 10, § 3, 2^e phrase, a:
- b) Les intérêts de créances commerciales — y compris celles qui sont représentées par des effets de commerce — résultant du paiement à terme de fournitures de marchandises, produits ou services par une entreprise d'un Etat contractant à un résident de l'autre Etat contractant;
- c) Les intérêts de comptes courants ou d'avances nominatives entre des entreprises bancaires des deux Etats contractants.

Les intérêts visés aux b) et c) de l'alinéa qui précède sont soumis au régime prévu à l'article 7.

§ 4. Les dispositions des §§ 1 et 2 ne s'appliquent pas lorsque le bénéficiaire des intérêts, résident d'un Etat contractant, a dans l'autre Etat contractant d'où proviennent les intérêts un établissement stable auquel se rattache effectivement la créance ou le dépôt générateur des intérêts. Dans ce cas, les intérêts sont imposables dans cet autre Etat conformément à sa législation.

§ 5. Les intérêts sont considérés comme provenant d'un Etat contractant lorsque le débiteur est cet Etat lui-même, une subdivision politique, une collectivité locale ou un résident de cet Etat. Toutefois, lorsque le débiteur des intérêts, qu'il soit ou non résident d'un Etat contractant, a dans un Etat contractant un établissement stable pour lequel l'emprunt générateur des intérêts a été contracté et qui supporte comme telle la charge de ceux-ci, ces intérêts sont réputés provenir de l'Etat contractant où est situé l'établissement stable.

§ 6. Si, par suite de relations spéciales existant entre le débiteur et le créancier ou déposant ou que l'un et l'autre entretiennent avec des tierces personnes, le montant des intérêts, compte tenu de la créance ou du dépôt pour lequel ils sont attribués, excède celui dont seraient convenus le débiteur et le créancier ou déposant en l'absence de pareilles relations, la limitation de taux prévue au § 2 ne s'applique qu'à ce dernier montant. Dans ce cas, la partie excédentaire des intérêts est imposable, conformément à sa législation, dans l'Etat contractant d'où proviennent les intérêts.

ARTICLE 12

Redevances

§ 1. Les redevances provenant d'un Etat contractant et attribuées à un résident de l'autre Etat contractant sont imposables dans cet autre Etat.

§ 2. Toutefois, ces redevances peuvent être imposées dans l'Etat contractant d'où elles proviennent et selon la législation de cet Etat, mais l'impôt ainsi établi ne peut excéder 5 pour cent de leur montant brut.

§ 3. Le terme «redevances» employé dans le présent article désigne les rémunérations de toute nature attribuées pour l'usage ou la concession de l'usage d'un droit d'auteur sur une œuvre littéraire, artistique ou scientifique, y compris les films cinématographiques, d'un brevet, d'une marque de fabrique ou de commerce, d'un dessin ou d'un modèle, d'un plan, d'une formule ou d'un procédé secrets, ainsi que pour l'usage ou la concession de l'usage d'un équipement industriel, commercial ou scientifique ne constituant pas un bien visé à l'article 6 et

pour des informations ayant trait à une expérience acquise dans le domaine industriel, commercial ou scientifique.

§ 4. Les dispositions des §§ 1 et 2 ne s'appliquent pas lorsque le bénéficiaire des redevances, résident d'un Etat contractant, a dans l'autre Etat contractant d'où proviennent les redevances un établissement stable auquel se rattache effectivement le droit ou le bien générateur des redevances. Dans ce cas, les redevances sont imposables dans cet autre Etat conformément à sa législation.

§ 5. Les redevances sont considérées comme provenant d'un Etat contractant lorsque le débiteur est cet Etat lui-même, une subdivision politique, une collectivité locale ou un résident de cet Etat. Toutefois, lorsque le débiteur des redevances, qu'il soit ou non résident d'un Etat contractant, a dans un Etat contractant un établissement stable pour lequel le contrat donnant lieu au paiement des redevances a été conclu et qui supporte comme telle la charge de celles-ci, ces redevances sont réputées provenir de l'Etat contractant où est situé l'établissement stable.

§ 6. Si, par suite de relations spéciales existant entre le débiteur et le créancier ou que l'un et l'autre entretiennent avec des tierces personnes, le montant des redevances, compte tenu de la prestation pour laquelle elles sont attribuées, excède celui dont seraient convenus le débiteur et le créancier en l'absence de pareilles relations, la limitation de taux prévue au § 2 ne s'applique qu'à ce dernier montant. Dans ce cas, la partie excédentaire des redevances est imposable, conformément à sa législation, dans l'Etat contractant d'où proviennent les redevances.

ARTICLE 13

Gains en capital

§ 1. Les gains provenant de l'aliénation des biens immobiliers, tels qu'ils sont définis à l'article 6, sont imposables dans l'Etat contractant où ces biens sont situés.

§ 2. Les gains provenant de l'aliénation de biens mobiliers faisant partie de l'actif d'un établissement stable qu'une entreprise d'un Etat contractant a dans l'autre Etat contractant, ou de biens mobiliers constitutifs d'une base fixe dont un résident d'un Etat contractant dispose dans l'autre Etat contractant pour l'exercice d'une profession libérale, y compris de tels gains provenant de l'aliénation globale de cet établissement stable (seul ou avec l'ensemble de l'entreprise) ou de cette base fixe, sont imposables dans cet autre Etat.

Toutefois, les gains provenant de l'aliénation de navires ou d'aéronefs exploités en trafic international, ainsi que des biens mobiliers affectés à leur exploitation, ne sont imposables que dans l'Etat contractant où les revenus provenant de l'exploitation de ces navires ou aéronefs sont imposables en vertu de l'article 8.

§ 3. Les gains provenant de l'aliénation de tous autres biens, y compris une participation — ne faisant pas partie de l'actif d'un établissement stable visé au § 2, alinéa 1) — dans une société par actions, ne sont imposables que dans l'Etat contractant dont le cédant est un résident.

ARTICLE 14

Professions libérales

§ 1. Les revenus qu'un résident d'un Etat contractant tire d'une profession libérale ou d'autres activités indépendantes de caractère analogue ne sont imposables que dans cet Etat, à moins que ce résident ne dispose de façon habituelle dans l'autre Etat d'une base fixe pour

l'exercice de ses activités. S'il dispose d'une telle base, les revenus sont imposables dans l'autre Etat mais uniquement dans la mesure où ils sont imputables aux activités exercées à l'intervention de ladite base fixe.

§ 2. L'expression «professions libérales» comprend en particulier les activités indépendantes d'ordre scientifique, littéraire, artistique, éducatif ou pédagogique, ainsi que les activités indépendantes des médecins, avocats, ingénieurs, architectes, dentistes et comptables.

ARTICLE 15

Professions dépendantes

§ 1. Sous réserve des dispositions des articles 16, 18, 19, § 1, et 20, les salaires, traitements et autres rémunérations similaires qu'un résident d'un Etat contractant reçoit au titre d'un emploi salarié ne sont imposables que dans cet Etat, à moins que l'emploi ne soit exercé dans l'autre Etat contractant. Si l'emploi y est exercé, les rémunérations reçues à ce titre sont imposables dans cet autre Etat.

§ 2. Par dérogation au § 1 et sous la réserve y mentionnée, les rémunérations qu'un résident d'un Etat contractant reçoit au titre d'un emploi salarié non visé au § 3, exercé dans l'autre Etat contractant, ne sont imposables que dans le premier Etat si:

- a) Elles rétribuent l'activité exercée dans l'autre Etat pendant une période ou des périodes — y compris la durée des interruptions normales du travail — n'excédant pas au total 183 jours au cours de l'année civile;
- b) Les rémunérations sont payées par un employeur ou au nom d'un employeur qui n'est pas résident de l'autre Etat; et
- c) La charge des rémunérations n'est pas supportée comme telle par un établissement stable ou une base fixe que l'employeur a dans l'autre Etat.

§ 3. Par dérogation au § 1, les rémunérations au titre d'un emploi salarié exercé à board d'un navire ou d'un aéronef exploité en trafic international sont considérées comme se rapportant à une activité exercée dans l'Etat contractant où est situé le siège de la direction effective de l'entreprise et sont imposables dans cet Etat.

ARTICLE 16

Administrateurs et commissaires de sociétés

§ 1. Les tantièmes, jetons de présence et autres rétributions similaires qu'un résident d'un Etat contractant reçoit en sa qualité de membre du conseil d'administration ou de surveillance ou d'un autre organe analogue d'une société résident de l'autre Etat contractant, sont imposables dans cet autre Etat.

§ 2. Les rémunérations que les personnes visées au § 1 touchent en une autre qualité sont imposables conformément à l'article 15.

ARTICLE 17

Artistes ou sportifs

Nonobstant les dispositions des articles 14 et 15, les revenus que les professionnels du spectacle, tels les artistes de théâtre, de cinéma, de la radio ou de la télévision et les musiciens, ainsi que les sportifs retirent de leurs activités personnelles en cette qualité sont imposables dans l'Etat contractant où ces activités sont exercées.

ARTICLE 18

Pensions

Sous réserve des dispositions de l'article 19, § 1, les pensions et autres rémunérations similaires, versées à un résident d'un Etat contractant au titre d'un emploi antérieur, ne sont imposables que dans cet Etat.

ARTICLE 19

Rémunérations et pensions publiques

§ 1. Les rémunérations, y compris les pensions, versées par un Etat contractant ou par l'une de ces subdivisions politiques ou collectivités locales, soit directement, soit par prélèvement sur des fonds qu'ils ont constitués, à une personne physique, au titre de services rendus à cet Etat ou à l'une de ses subdivisions politiques ou collectivités locales, ne sont imposables que dans ledit Etat.

Cette disposition ne s'applique pas lorsque le bénéficiaire de ces revenus possède la nationalité de l'autre Etat contractant sans posséder en même temps la nationalité du premier Etat.

§ 2. Le § 1 ne s'applique pas aux rémunérations ou pensions versées au titre de services rendus dans le cadre d'une activité commerciale ou industrielle exercée par un Etat contractant ou par une subdivision politique ou une collectivité locale de cet Etat.

ARTICLE 20

Etudiants

Un étudiant ou un stagiaire qui est, ou qui était auparavant, un résident d'un Etat contractant et qui séjourne dans l'autre Etat contractant à seule fin d'y poursuivre ses études ou sa formation n'est pas imposable dans cet autre Etat:

Sur les sommes qu'il reçoit de sources situées en dehors de cet autre Etat pour couvrir ses frais d'entretien, d'études ou de formation;

Sur les rémunérations qu'il perçoit au titre d'un emploi salarié exercé dans cet autre Etat pendant une période ou des périodes — y compris la durée des interruptions normales du travail — n'excédant pas au total 183 jours au cours de l'année civile, à condition que l'ensemble desdites sommes et des rémunérations ne dépasse pas 10 000 francs belges par mois ou l'équivalent de cette somme en escudos au cours officiel du change.

ARTICLE 21

Revenus non expressément mentionnés

Les éléments du revenu d'un résident d'un Etat contractant, qui sont d'une nature ou proviennent de sources non mentionnées dans les articles précédents de la Convention et qui sont soumis à l'impôt dans cet Etat, ne sont imposables que dans cet Etat.

ARTICLE 22

Limitation des effets de la Convention

§ 1. Aucune disposition de la Convention ne peut avoir pour effet de limiter l'imposition d'une société résidente de la Belgique en cas de rachat de ses propres actions ou parts ou à l'occasion du partage de son avoir social.

§ 2. Aucune disposition de la Convention n'empêche le Portugal de prélever l'impôt sur les gains provenant de l'incorporation de réserves au capital des sociétés rési-

dentes du Portugal ou de l'émission d'actions avec réserve de préférence pour les associés de ces sociétés.

IV. Dispositions préventives de la double imposition

ARTICLE 23

§ 1. En ce qui concerne les résidents du Portugal, la double imposition est évitée comme suit:

1° Lorsqu'un résident du Portugal reçoit des revenus qui, conformément aux dispositions de la Convention, sont imposables en Belgique, le Portugal accorde sur l'impôt dont il frappe les revenus de ce résident une déduction d'un montant égal à l'impôt belge afférent aux mêmes revenus.

Toutefois, la somme ainsi déduite ne peut excéder:

a) Ni la fraction de l'impôt belge correspondant à la fraction des revenus précités qui est imposée au Portugal, ladite fraction de l'impôt belge étant, pour la partie excédentaire des intérêts et des redevances visée aux articles 11, § 6, et 12, § 6, calculée aux taux prévus respectivement à l'article 11, § 2, et à l'article 12, § 2;

b) Ni la fraction de l'impôt portugais, calculé avant la déduction, qui correspond aux revenus imposés en Belgique.

2° Nonobstant la disposition du 1°, le Portugal exempte les rémunérations visées à l'article 20 qui sont perçues par un résident du Portugal au titre d'un emploi salarié exercé en Belgique.

§ 2. En ce qui concerne les résidents de la Belgique, la double imposition est évitée comme suit:

1° Lorsqu'un résident de la Belgique reçoit des revenus non visés sub 2° à 4° ci-après qui sont imposables au Portugal conformément aux dispositions de la Convention, la Belgique exempte ces revenus de l'impôt, mais elle peut, pour calculer le montant de ses impôts sur le reste du revenu de ce résident, appliquer le même taux que si les revenus en question n'avaient pas été exemptés.

Lorsque ledit résident est une société — autre qu'une société par actions — l'exemption prévue ci-dessus s'applique à ses associés dans la mesure où lesdits revenus sont, conformément à la législation belge, imposables dans le chef desdits associés à un titre autre que celui de revenus de capitaux investis dans la société.

2° Lorsqu'un résident de la Belgique reçoit des revenus imposables au Portugal en vertu de l'article 10, § 2, de l'article 11, §§ 2 et 6, ou de l'article 12, §§ 2 et 6, la Belgique accorde, d'une part, sur l'impôt des personnes physiques afférent aux dividendes et, d'autre part, sur ledit impôt ou sur l'impôt des sociétés afférent aux autres revenus susvisés, une déduction au titre de quotité forfaitaire d'impôt étranger, déterminée dans les conditions et au taux prévus par la législation belge, sans que ce taux puisse être inférieur à celui de l'impôt perçu au Portugal sur lesdits revenus, conformément à l'article 10, § 2, à l'article 11, § 2, ou à l'article 12, § 2, suivant le cas.

Par dérogation aux dispositions de sa législation, la Belgique accorde ces déductions également à raison des revenus susvisés qui sont imposables au Portugal en vertu de la Convention et des dispositions générales de la législation portugaise, lorsqu'ils y sont temporairement exemptés d'impôt par des dispositions légales particulières tendant à favoriser les investissements nécessaires au développement de l'économie de la République Portugaise. Les autorités compétentes des Etats contractants déterminent d'un commun accord les revenus à admettre au bénéfice de cette disposition.

3° Lorsqu'une société résidente de la Belgique a la propriété d'actions ou parts d'une société résidente du Portugal et soumise dans cet Etat à l'impôt industriel, les dividendes qui lui sont attribués par cette dernière société sont exemptés en Belgique de l'impôt des sociétés, dans la mesure où cette exemption serait accordée si les deux sociétés étaient résidentes de la Belgique. Cette disposition n'exclut pas le prélèvement sur ces dividendes du précompte mobilier exigible suivant la législation belge, mais le taux de ce précompte ne peut être supérieur à la différence entre le taux maximal de l'impôt des sociétés applicable à l'ensemble ou à une fraction des bénéfices des sociétés résidentes de la Belgique et le taux prévu à l'article 10, § 2.

4° Lorsqu'une société résidente de la Belgique a eu, pendant toute la durée de l'exercice social d'une société par actions résidente du Portugal et soumise dans cet Etat à l'impôt industriel, la propriété exclusive d'actions ou parts de cette dernière société, elle est également exemptée du précompte mobilier exigible, suivant la législation belge, sur les dividendes de ces actions ou parts, à la condition d'en faire la demande par écrit au plus tard dans le délai prescrit pour la remise de sa déclaration annuelle; mais lors de la redistribution à ses propres actionnaires de ces dividendes non soumis au précompte mobilier, ceux-ci ne pourront être déduits des dividendes distribués passibles du précompte mobilier. Cette disposition n'est pas applicable lorsque la première société a valablement opté pour l'assujettissement de ses bénéfices à l'impôt des personnes physiques.

5° Lorsque, conformément à la législation belge, des pertes subies par une entreprise de la Belgique dans un établissement stable situé au Portugal ont été effectivement déduites des bénéfices de cette entreprise pour son imposition en Belgique, l'exemption prévue sub 1° ne s'applique pas aux bénéfices d'autres périodes imposables qui sont imputables à cet établissement, dans la mesure où ces bénéfices ont aussi été exemptés d'impôt au Portugal, pour une période imposable quelconque, en raison de leur compensation avec lesdites pertes.

V. Dispositions spéciales

ARTICLE 24

Non-discrimination

§ 1. Les nationaux d'un Etat contractant ne sont soumis dans l'autre Etat contractant à aucune imposition ou obli-

gation y relative, qui est autre ou plus lourde que celle à laquelle sont ou pourront être assujettis les nationaux de cet autre Etat se trouvant dans la même situation.

§ 2. Le terme «nationaux» désigne:

- 1° Toutes les personnes physiques qui possèdent la nationalité d'un Etat contractant;
- 2° Toutes les personnes morales, sociétés de personnes et associations constituées conformément à la législation en vigueur dans un Etat contractant.

§ 3. Les apatrides ne sont soumis dans un Etat contractant à aucune imposition ou obligation y relative qui est autre ou plus lourde que celle à laquelle sont ou pourront être assujettis les nationaux de cet Etat se trouvant dans la même situation.

§ 4. Aucune disposition de la présente Convention ne peut être interprétée:

Comme empêchant la Belgique d'imposer sur le montant minimal de revenu, déterminé par sa législation et applicable aux non-résidents de cet Etat qui en sont ou non des nationaux et qui y disposent d'une habitation, les nationaux du Portugal qui ne sont pas des résidents de la Belgique mais y disposent d'une habitation.

§ 5. L'imposition d'un établissement stable qu'une entreprise d'un Etat contractant a dans l'autre Etat contractant n'est pas établie dans cet autre Etat d'une façon moins favorable que l'imposition des entreprises de cet autre Etat qui exercent la même activité.

Cette disposition ne fait pas obstacle à ce que les bénéfices imputables à l'établissement stable dont dispose dans un Etat contractant une société résidente de l'autre Etat contractant ou un autre groupement de personnes ayant son siège de direction effective dans cet autre Etat, soient imposés globalement dans le premier Etat au taux fixé par sa législation nationale, à condition que celui-ci n'exécède pas le taux maximal de l'impôt applicable à l'ensemble ou à une fraction des bénéfices des sociétés résidentes de ce premier Etat.

§ 6. Sauf en cas d'application de l'article 9, les intérêts, redevances et autres frais payés par une entreprise d'un Etat contractant à un résident de l'autre Etat contractant sont déductibles pour la détermination des bénéfices imposables de cette entreprise, dans les mêmes conditions que s'ils avaient été payés à un résident du premier Etat.

§ 7. Les entreprises d'un Etat contractant, dont le capital est en totalité ou en partie, directement ou indirectement, détenu ou contrôlé par un ou plusieurs résidents de l'autre Etat contractant, ne sont soumises dans le premier Etat contractant à aucune imposition ou obligation y relative, qui est autre ou plus lourde que celle à laquelle sont ou pourront être assujetties les autres entreprises de même nature de ce premier Etat.

§ 8. Le terme «imposition» désigne, dans le présent article, les impôts visés à l'article 2.

ARTICLE 25

Procédure amiable

§ 1. Lorsqu'un résident d'un Etat contractant estime que les mesures prises par un Etat contractant ou par chacun des deux Etats entraînent ou entraîneront pour lui une double imposition non conforme à la présente Convention, il peut, indépendamment des recours prévus par la législation nationale de ces Etats, adresser à l'autorité

compétente de l'Etat contractant dont il est un résident une demande écrite et motivée de révision de cette imposition. Cette demande doit être présentée dans un délai de deux ans à compter de la notification de la seconde imposition ou, s'il s'agit d'un impôt dû à la source, à compter du versement de cette seconde imposition.

§ 2. L'autorité compétente visée au § 1 s'efforce, si la réclamation lui paraît fondée et si elle n'est pas elle-même en mesure d'apporter une solution satisfaisante, de régler la question par voie d'accord amiable avec l'autorité compétente de l'autre Etat contractant, en vue d'éviter une double imposition non conforme à la Convention.

§ 3. Les autorités compétentes des Etats contractants s'efforcent, par voie d'accord amiable, de résoudre les difficultés ou de dissiper les doutes auxquels peut donner lieu l'application de la Convention. Si des échanges de vues oraux semblent devoir faciliter cet accord, les autorités compétentes peuvent se réunir à cet effet.

§ 4. Les autorités compétentes des Etats contractants se concertent au sujet des mesures administratives nécessaires à l'exécution des dispositions de la Convention et notamment au sujet des justifications à fournir par les résidents de chaque Etat pour bénéficier dans l'autre Etat des exemptions ou réductions d'impôts prévues à cette Convention.

ARTICLE 26

Echange de renseignements

§ 1. Les autorités compétentes des Etats contractants échangent les renseignements nécessaires pour appliquer les dispositions de la Convention et celles des lois internes des Etats contractants relatives aux impôts visés par celle-ci, dans la mesure où l'imposition qu'elles prévoient est conforme à la Convention.

Tout renseignement ainsi obtenu doit être tenu secret; il ne peut être communiqué, en dehors du contribuable ou de son mandataire, qu'aux personnes ou autorités chargées de l'établissement ou du recouvrement des impôts visés par la présente Convention et des réclamations et recours y relatifs, ainsi qu'aux autorités judiciaires en vue de poursuites pénales.

§ 2. Les dispositions du § 1 ne peuvent en aucun cas être interprétées comme imposant à l'un des Etats contractants l'obligation:

- a) De prendre des dispositions administratives dérogeant à sa propre législation ou à sa pratique administrative ou à celles de l'autre Etat contractant;
- b) De fournir des renseignements qui ne pourraient être obtenus sur la base de sa propre législation ou dans le cadre de sa pratique administrative normale ou de celles de l'autre Etat contractant;
- c) De transmettre des renseignements qui révéleraient un secret commercial, industriel, professionnel ou un procédé commercial ou des renseignements dont la communication serait contraire à l'ordre public.

ARTICLE 27

Fonctionnaires diplomatiques et consulaires

Les dispositions de la présente Convention ne portent pas atteinte aux privilèges fiscaux dont bénéficient les membres des missions diplomatiques et des postes consulaires en vertu, soit des règles générales du droit des gens, soit des dispositions d'accords particuliers.

ARTICLE 28

Extension territoriale

§ 1. La présente Convention peut être étendue, telle quelle ou avec les modifications nécessaires, à tout ou partie du territoire du Portugal qui n'est pas compris dans le champ d'application de la Convention et qui perçoit des impôts analogues à ceux auxquels s'applique la Convention. Une telle extension prend effet à partir de la date, avec les modifications et dans les conditions — y compris les conditions relatives à la cessation d'application — qui sont fixées, de commun accord entre les Etats contractants, par échange de notes diplomatiques ou selon toute autre procédure conforme à leurs dispositions constitutionnelles.

§ 2. A moins que les deux Etats contractants n'en soient convenus autrement, lorsque la Convention sera dénoncée par l'un d'eux en vertu de l'article 30, elle cessera de s'appliquer, dans les conditions prévues à cet article, à toute partie du territoire du Portugal à laquelle elle a été étendue conformément au présent article.

VI. Dispositions finales

ARTICLE 29

Entrée en vigueur

§ 1. La Convention sera ratifiée et les instruments de ratification seront échangés à Lisbonne aussitôt que possible.

§ 2. La Convention entrera en vigueur le quinzième jour suivant celui de l'échange des instruments de ratification et ses dispositions seront applicables:

A) En ce qui concerne la Belgique:

- 1° Aux autres dus à la source dont le fait générateur se produira à partir du 1^{er} janvier de l'année suivant celle de l'entrée en vigueur de la Convention;
- 2° Aux autres impôts établis sur des revenus de périodes imposables prenant fin à partir du 31 décembre de l'année suivant celle de l'entrée en vigueur de la Convention;
- 3° Par dérogation aux 1° et 2°, en ce qui concerne l'article 8, aux impôts établis sur les bénéfices réalisés au cours d'exercices comptables clos à partir du 31 décembre 1963.

B) En ce qui concerne le Portugal:

- 1° Aux impôts dus à la source dont le fait générateur se produira à partir du 1^{er} janvier de l'année suivant celle de l'entrée en vigueur de la Convention;
- 2° Aux autres impôts établis sur des revenus afférents à l'année civile suivant celle de l'entrée en vigueur de la Convention et aux années suivantes;
- 3° Par dérogation aux 1° et 2°, en ce qui concerne l'article 8, aux impôts établis sur des bénéfices afférents à l'année civile 1963 et aux années suivantes.

ARTICLE 30

Dénonciation

La présente Convention restera indéfiniment en vigueur, mais chacun des Etats contractants pourra, à partir de la

troisième année à dater de celle de l'échange des instruments de ratification, et avec un préavis minimum de six mois avant la fin de chaque année civile, la dénoncer, par écrit et par la voie diplomatique, à l'autre Etat contractant. Dans ce cas, la Convention s'appliquera pour la dernière fois:

A) En ce qui concerne la Belgique:

- 1° Aux impôts dus à la source dont le fait générateur se produira au plus tard le 31 décembre de l'année de la dénonciation;
- 2° Aux autres impôts établis sur des revenus de périodes imposables prenant fin au plus tard le 31 décembre de l'année de la dénonciation.

B) En ce qui concerne le Portugal:

- 1° Aux impôts dus à la source dont le fait générateur se produira au plus tard le 31 décembre de l'année de la dénonciation;
- 2° Aux autres impôts établis sur des revenus afférents à l'année de la dénonciation.

Overeenkomst tussen Portugal en België tot het vermijden van dubbele belasting en tot regeling van sommige andere aangelegenheden inzake belastingen naar het inkomen.

De President van de Portugese Republiek, en Zijne Majesteit de Koning der Belgen wensende dubbele belasting te vermijden en sommige andere aangelegenheden inzake belastingen naar het inkomen te regelen, hebben besloten een overeenkomst te sluiten en hebben te dien einde tot hun Gevolgmachtigden benoemd, te weten:

De President van de Portugese Republiek, Zijne Excellentie de Heer Armando Ramos de Paula Coelho, buitengewoon en gevolmachtigd Ambassadeur van Portugal te Brussel; Zijne Majesteit de Koning der Belgen, Zijne Excellentie de Heer P. Harmel, Minister van Buitenlandse Zaken, die na hun in goede en behoorlijke vorm bevonden volmachten te hebben uitgewisseld, als volgt zijn overeengekomen:

I. Reikwijdte van de overeenkomst

ARTIKEL 1

Personen op wie de overeenkomst van toepassing is

Deze overeenkomst is van toepassing op personen die verblijfhouder zijn van een overeenkomstsluitende Staat of van beide overeenkomstsluitende Staten.

ARTIKEL 2

Belastingen waarop de overeenkomst van toepassing is

§ 1. Deze overeenkomst is van toepassing op belastingen naar het inkomen die, ongeacht de wijze van heffing, worden geheven ten behoeve van elk van de overeenkomstsluitende Staten of van de staatkundige onderdelen of plaatselijke gemeenschappen daarvan.

§ 2. Als belastingen naar het inkomen worden beschouwd alle belastingen die worden geheven naar het gehele inkomen, of naar bestanddelen van het inkomen, daaronder begrepen belastingen naar voordelen verkregen uit de vervreemding van roerende of onroerende goederen, alsmede belastingen naar waardevermeerdering.

§ 3. De bestaande belastingen, waarop de overeenkomst van toepassing is, zijn met name:

1° Met betrekking tot België:

- a) De personenbelasting;
- b) De vennootschapsbelasting;
- c) De rechtspersonenbelasting;
- d) De belasting der niet-verblijfhouders, met inbegrip van de voorheffingen en aanvullende voorheffingen, de opcentiemen op de hierboven vermelde belastingen en voorheffingen, alsmede de aanvullende gemeentebelasting op de personenbelasting (hierna te noemen «Belgische belasting»).

2° Met betrekking tot Portugal:

- a) De grondbelasting (contribuição predial);
- b) De belasting op landbouwnijverheid (imposto sobre a indústria agrícola);
- c) De nijverheidsbelasting (contribuição industrial);
- d) De belasting op inkomen van kapitaal (imposto de capitais);
- e) De beroepsbelasting (imposto profissional);
- f) De aanvullende belasting (imposto complementar);
- g) De belasting voor verdediging en ontwikkeling van de overzeese gebieden (imposto para a defesa e valorização do ultramar);
- h) De belasting op meerwaarden (imposto de mais-valias);
- i) De opcentiemen op de in a) tot h) vermelde belasting;
- j) De andere belastingen ten behoeve van de plaatselijke gemeenschappen waarvan het bedrag afhankelijk is van de in a) tot h) vermelde belastingen de overeenkomstige opcentiemen (hierna te noemen «Portuguese belasting»).

§ 4. De overeenkomst zal ook van toepassing zijn op elke gelijke of in wezen gelijksoortige belasting, die in de toekomst naast of in de plaats van de bestaande belastingen wordt geheven. Bij het begin van elk jaar zullen de bevoegde autoriteiten van de overeenkomstsluitende Staten elkaar de wijzigingen die tijdens het vorige jaar in hun onderscheidene belastingwetten zijn aangebracht, mededelen.

II. Begripsbepalingen

ARTIKEL 3

Algemene bepalingen

§ 1. In deze overeenkomst, tenzij het zinsverband anders vereist:

- 1° Betekent het woord «België», in aardrijkskundig verband gebruikt, het grondgebied van het Koninkrijk België, betekent het woord «Portugal», in hetzelfde verband gebruikt, Europees Portugal omvattende het continentale grondgebied en de eilandengroepen van de Azoren en Madeira;
- 2° Betekenen de uitdrukkingen «een overeenkomstsluitende Staat» en «de andere overeenkomstsluitende Staat», België of Portugal, al naar het zinsverband vereist;

3° Omvat het woord «persoon» elke natuurlijke persoon, elke vennootschap en elke andere vereniging van personen;

4° Betekent het woord «vennootschap» elke rechtspersoon of elk ander lichaam dat als zodanig in de Staat waarvan het een verblijfhouder is, belastbaar is ter zake van zijn inkomen;

5° Betekenen de uitdrukkingen «onderneming van een overeenkomstsluitende Staat» en «onderneming van de andere overeenkomstsluitende Staat», onderscheidenlijk een onderneming gedreven door een verblijfhouder van een overeenkomstsluitende Staat en een onderneming gedreven door een verblijfhouder van de andere overeenkomstsluitende Staat;

6° Betekent de uitdrukking «bevoegde autoriteit»:

- a) In België, de autoriteit die volgens de nationale wetgeving bevoegd is en;
- b) In Portugal, de Minister van Financiën of zijn vertegenwoordiger.

§ 2. Voor de toepassing van de overeenkomst door een overeenkomstsluitende Staat heeft, tenzij het zinsverband anders vereist, elke niet anders omschreven uitdrukking de betekenis welke die uitdrukking heeft volgens de wetgeving van die Staat met betrekking tot de belastingen die het onderwerp van de overeenkomst uitmaken.

ARTIKEL 4

Fiscale woonplaats

§ 1. Voor de toepassing van deze overeenkomst betekent de uitdrukking «verblijfhouder van een overeenkomstsluitende Staat» iedere persoon die, ingevolge de wetgeving van die Staat, aldaar aan belasting is onderworpen op grond van zijn woonplaats, verblijf, plaats van leiding of enige andere soortgelijke omstandigheid. Zij omvate ook de vennootschappen naar Belgisch recht — niet zijn de vennootschappen op aandelen — die de aanslag van hun winsten in de personenbelasting hebben gekozen.

§ 2. Indien een natuurlijke persoon ingevolge de bepaling van § 1 verblijfhouder van beide overeenkomstsluitende Staten is, geldende volgende regels:

- a) Hij wordt geacht verblijfhouder te zijn van de overeenkomstsluitende Staat waarin hij een duurzaam tehuis tot zijn beschikking heeft. Indien hij in beide overeenkomstsluitende Staten een duurzaam tehuis tot zijn beschikking heeft, wordt hij geacht verblijfhouder te zijn van de overeenkomstsluitende Staat waarmede zijn persoonlijke en economische betrekkingen het nauwste zijn (middelpunt van de levensbelangen);
- b) Indien niet kan worden bepaald in welke overeenkomstsluitende Staat hij het middelpunt van zijn levensbelangen heeft, of indien hij in geen van de overeenkomstsluitende Staten een duurzaam tehuis tot zijn beschikking heeft, wordt hij geacht verblijfhouder te zijn van de overeenkomstsluitende Staat waarin hij gewoonlijk verblijft;
- c) Indien hij in beide overeenkomstsluitende Staten of in geen van beide gewoonlijk verblijft, wordt hij geacht verblijfhouder te zijn van de overeenkomstsluitende Staat waarvan hij orderdaan is;
- d) Indien hij orderdaan is van beide overeenkomstsluitende Staten of van geen van beide, zullen

de bevoegde autoriteiten van de overeenkomstsluitende Staten de aangelegenheid in onderlinge overeenstemming regelen.

§ 3. Indien een andere dan een natuurlijke persoon ingevolge de bepaling van § 1 verblijfhouder van beide overeenkomstsluitende Staten is, wordt hij geacht verblijfhouder te zijn van de overeenkomstsluitende Staat waarin de plaats van zijn werkelijke leiding is gelegen.

ARTIKEL 5

Vaste inrichting

§ 1. Voor de toepassing van deze overeenkomst betekent de uitdrukking «vaste inrichting» een vaste bedrijfsinrichting waarin de onderneming haar werkzaamheden geheel of gedeeltelijk uitoefent.

§ 2. De uitdrukking «vaste inrichting» omvat in het bijzonder:

- a) Een plaats waar leiding wordt gegeven;
- b) Een filiaal;
- c) Een kantoor;
- d) Een fabriek;
- e) Een werkplaats;
- f) Een mijn, een steengroeve of enige andere plaats waar natuurlijke rijkdommen worden geëxploiteerd;
- g) De uitvoering van een bouwwerk of van constructiewerkzaamheden waarvan de duur twaalf maanden overschrijdt.

§ 3. Een vaste inrichting wordt niet aanwezig geacht indien:

- a) Gebruik wordt gemaakt van inrichtingen, uitsluitend voor de opslag, uitstalling of aflevering van aan de onderneming toebehorende goederen;
- b) Een aan de onderneming toebehorende goederenvoorraad wordt aangehouden, uitsluitend voor de opslag, uitstalling of aflevering;
- c) Een aan de onderneming toebehorende goederenvoorraad wordt aangehouden, uitsluitend voor de bewerking of verwerking door een andere onderneming;
- d) Een vaste bedrijfsinrichting wordt aangehouden, uitsluitend om voor de onderneming goederen aan te kopen of inlichtingen in te winnen;
- e) Een vaste bedrijfsinrichting ten behoeve van de onderneming wordt aangehouden, uitsluitend voor reclamedoelinden, voor het geven van inlichtingen, voor wetenschappelijk onderzoek of voor soortgelijke werkzaamheden die van voorbereidende aard zijn of het karakter van hulpwerkzaamheden hebben.

§ 4. Een persoon — niet zijnde een onafhankelijke vertegenwoordiger in de zin van § 5 — die in een overeenkomstsluitende Staat voor een onderneming van de andere overeenkomstsluitende Staat werkzaam is, wordt als een in de eerstbedoelde Staat aanwezige vaste inrichting van de onderneming beschouwd, indien hij in die Staat een machtiging bezit om namens de onderneming overeenkomsten af te sluiten en dit recht aldaar gewoonlijk uitoefent, tenzij zijn werkzaamheden beperkt blijven tot de aankoop van goederen voor de onderneming.

§ 5. Een onderneming van een overeenkomstsluitende Staat wordt niet geacht een vaste inrichting in de andere overeenkomstsluitende Staat te bezitten op grond van de

enkele omstandigheid dat zij aldaar zaken doet door middel van een makelaar, een algemeen commissair of enige andere onafhankelijke vertegenwoordiger, op voorwaarde dat deze personen in de normale uitoefening van hun bedrijf handelen.

§ 6. De enkele omstandigheid dat een vennootschap die verblijfhouder is van een overeenkomstsluitende Staat een vennootschap beheerst die verblijfhouder is van de andere overeenkomstsluitende Staat of die in die andere Staat zaken doet (hetzij met behulp van een vaste inrichting hetzij op andere wijze), stempelt een van beide vennootschappen niet tot een vaste inrichting van de andere.

III. Belastingheffing naar het inkomen

ARTIKEL 6

Inkomsten uit onroerende goederen

§ 1. Inkomsten uit onroerende goederen zijn belastbaar in de overeenkomstsluitende Staat waarin de goederen zijn gelegen.

§ 2. De uitdrukking «onroerende goederen» heeft de betekenis die daaraan word toegekend door het recht van de overeenkomstsluitende Staat waarin de desbetreffende goederen zijn gelegen. De uitdrukking omvat in ieder geval de goederen die bij de onroerende goederen behoren, levende en dode have van landbouw en bosbouwbedrijven, rechten waarop de bepalingen van het privaatrecht betreffende de grondeigendom van toepassing zijn, vruchtgebruik van onroerende goederen en rechten op veranderlijke of vaste vergoedingen ter zake van de exploitatie, of het recht tot exploitatie van minerale aardlagen, bronnen en andere bodemrijkdommen. Schuldvorderingen verzekerd door hypotheek op de bovengenoemde goederen, evenals schepen en luchtvaartuigen worden niet als onroerende goederen beschouwd.

§ 3. De bepaling van § 1 is van toepassing op inkomsten verkregen uit de rechtstreekse exploitatie of het rechtstreeks genot, uit de verhuring of verpachting, of uit elke andere vorm van exploitatie van onroerende goederechtstreeks genot, uit de verhuring of verpachting, of uit elke andere vorm van exploitatie van onroerende goederen. Deze bepaling is eveneens van toepassing op inkomsten uit roerende goederen die volgens het belastingrecht van de overeenkomstsluitende Staat, waarin die goederen zijn gelegen, met inkomsten uit onroerende goederen worden gelijkgesteld.

§ 4. De bepalingen van de §§ 1 en 3 zijn ook van toepassing op inkomsten uit onroerende goederen van een onderneming en op inkomsten uit onroerende goederen gebezigd voor de uitoefening van een vrij beroep.

ARTIKEL 7

Winsten van ondernemingen

§ 1. Winsten van een onderneming van een overeenkomstsluitende Staat zijn slechts in die Staat belastbaar, tenzij de onderneming in de andere overeenkomstsluitende Staat haar bedrijf uitoefent met behulp van een aldaar gevestigde vaste inrichting. Indien de onderneming aldus haar bedrijf uitoefent, zijn de winsten van de onderneming in de andere Staat belastbaar, maar slechts voor zover zij aan die vaste inrichting kunnen worden toegerekend.

§ 2. Indien een onderneming van een overeenkomstsluitende Staat in de andere overeenkomstsluitende Staat haar bedrijf uitoefent met behulp van een aldaar geves-

tigde vaste inrichting, worden in elke overeenkomstsluitende Staat aan die vaste inrichting de winsten toegerekend die zij zou kunnen behalen indien zij een onafhankelijke en zelfstandige onderneming zou zijn, die dezelfde of soortgelijke werkzaamheden zou uitoefenen onder dezelfde of soortgelijke omstandigheden en die geheel onafhankelijk zou handelen.

§ 3. Bij het bepalen van de winsten van een vaste inrichting worden als aftrek toegelaten kosten die zijn gemaakt ten behoeve van die vaste inrichting, daaronder begrepen kosten van leiding en algemene beheerskosten, aldus gemaakt hetzij in de Staat waarin de vaste inrichting is gevestigd, hetzij in de Staat waarin de vaste inrichting is gevestigd, hetzij elders, maar met uitsluiting van de kosten die niet aftrekbaar, zouden zijn indien de vaste inrichting een onderneming van die Staat was.

§ 4. Bij gebrek aan een regelmatige boekhouding die het mogelijk maakt de winst te bepalen van een onderneming van één van de overeenkomstsluitende Staten, die aan een vaste inrichting in de andere Staat kan worden toegerekend, mag die andere Staat die winst volgens de methoden van zijn eigen wetgeving bepalen, op voorwaarde dat die methoden in overeenstemming zijn met de in dit artikel neergelegde beginselen.

§ 5. Geen winsten worden aan een vaste inrichting toegerekend enkel op grond van aankoop door die vaste inrichting van goederen voor de onderneming.

§ 6. Voor de toepassing van de voorgaande paragrafen worden de winsten, die aan de vaste inrichting kunnen worden toegerekend, ieder jaar volgens dezelfde methode bepaald, tenzij er een goede en genoegzame reden bestaat om anders te handelen.

§ 7. Indien in de winsten inkomstenbestanddelen zijn begrepen die afzonderlijk in andere artikelen van deze overeenkomst worden behandeld, beletten de bepalingen van dit artikel geenszins de toepassing van die andere artikelen voor de belastingheffing van die inkomstenbestanddelen.

ARTIKEL 8

Zee- en luchtscheepvaartondernemingen

§ 1. In afwijking van artikel 7, §§ 1 tot 6, zijn winsten uit de exploitatie van schepen of luchtvaartuigen in internationaal verkeer slechts belastbaar in de overeenkomstsluitende Staat waarin de plaats van de werkelijke leiding van de onderneming is gelegen.

§ 2. Indien de plaats van de werkelijke leiding van een zeescheepvaartonderneming in internationaal verkeer zich aan boord van een schip bevindt, wordt deze plaats geacht te zijn gelegen in de overeenkomstsluitende Staat waarin de thuishaven van het schip is gelegen of, indien er geen thuishaven is, in de overeenkomstsluitende Staat waarvan de exploitant van het schip verblijfhouder is.

ARTIKEL 9

Onderling afhankelijke ondernemingen

Indien een onderneming van een overeenkomstsluitende Staat onmiddellijk of middellijk deelneemt aan de leiding van, aan het toezicht op, in het kapitaal van, dan wel aan de financiering van een onderneming van de andere overeenkomstsluitende Staat, of dezelfde personen onmiddellijk of middellijk deelnemen aan, de leiding van, aan het toezicht op, in het kapitaal van, dan wel aan de financiering van een onderneming van een overeenkomstsluitende Staat en van een onderneming van de andere overeenkomstsluitende Staat, en in het ene of in het

andere geval tussen de twee ondernemingen in hun handels of financiële betrekkingen, voorwaarden zijn aanvaard of opgelegd die afwijken van die welke zouden worden overeengekomen tussen onafhankelijke ondernemingen, mogen winsten, welke zonder deze voorwaarden door een van de ondernemingen zouden zijn behaald maar ten gevolge van die voorwaarden niet zijn behaald, worden begrepen in de winsten van die onderneming en dienovereenkomstig worden belast.

ARTIKEL 10

Dividenden

§ 1. Dividenden toegekend door een vennootschap die verblijfhouder is van een overeenkomstsluitende Staat aan een verblijfhouder van de andere overeenkomstsluitende Staat, zijn in die andere Staat belastbaar.

§ 2. Die dividenden mogen echter in de overeenkomstsluitende Staat, waarvan de vennootschap die de dividenden toekent verblijfhouder is, overeenkomstig de wetgeving van die Staat worden belast, maar de aldus geheven belasting mag niet hoger zijn dan 15 t. h. van het brutobedrag van die dividenden.

Deze paragraaf laat onverlet de belastingheffing van de vennootschap ter zake van de winsten waaruit de dividenden worden betaald.

§ 3. Het woord «dividenden» betekent in dit artikel inkomsten uit aandelen, genotsaandelen of rechten, mijnaandelen, oprichtersaandelen of andere winstaandelen met uitzondering van schuldvorderingen, alsmede inkomsten van andere maatschappelijke delen, die volgens de belastingwetgeving van de Staat, waarvan de uitkerende vennootschap verblijfhouder is, op dezelfde wijze als inkomsten van aandelen worden belast.

Dit woord omvat eveneens:

- a) Inkomsten — zelfs toegekend in de vorm van interesten — die belastbaar zijn als inkomsten van belegde kapitalen van vennoten in andere vennootschappen dan op aandelen, die verblijfhouder van België zijn;
- b) Winsten door een verblijfhouder van Portugal toegekend aan een verborgen vennoot in een vereniging in deelneming.

§ 4. De bepalingen van §§ 1 en 2 zijn niet van toepassing indien de genietter van de dividenden, verblijfhouder van een overeenkomstsluitende Staat, in de andere overeenkomstsluitende Staat waarvan de vennootschap die de dividenden toekent verblijfhouder is, een vaste inrichting heeft waarmede de participatie die de dividenden oplevert wezenlijk is verbonden. In een zodanig geval zijn de dividenden in die andere Staat belastbaar volgens de wetgeving van die Staat.

§ 5. Indien een vennootschap die verblijfhouder is van een overeenkomstsluitende Staat, winsten of inkomsten verkrijgt uit de andere overeenkomstsluitende Staat, mag die andere Staat geen belasting heffen van de dividenden, door die vennootschap toegekend aan een verblijfhouder van de eerstbedoelde Staat, noch de niet uitgedeelde winst van de vennootschap onderwerpen aan een bijkomende delasting, zelfs indien de uitgekeerde dividenden of de niet uitgedeelde winst geheel of gedeeltelijk bestaan uit winst of inkomsten herkomstig uit de andere Staat; deze bepaling belet die andere Staat niet de dividenden te belasten die verband houden met een deelneming die wezenlijk verbonden is aan een in die andere Staat door een verblijfhouder van de eerstbedoelde staat aangehouden vaste inrichting.

ARTIKEL 11

Interest

§ 1. Interest herkomstig uit een overeenkomstsluitende Staat en toegekend aan een verblijfhouder van de andere overeenkomstsluitende Staat is in die andere Staat belastbaar.

§ 2. Die interest mag echter in de overeenkomstsluitende Staat waaruit hij herkomstig is, volgens de wetgeving van die Staat worden belast, maar de aldus geheven belasting mag niet hoger zijn dan 15 t. h. van het bedrag van de interest.

§ 3. Het woord «interest» betekent in dit artikel inkomsten van overheidsfondsen, van leningobligaties met of zonder hypothecaire waarborg of recht van deelneming in de winsten, zomede, onder voorbehoud van het volgende lid, van schuldvorderingen of deposito's van allerlei aard, alsmede loten van leningen en alle andere opbrengsten die volgens de belastingwetgeving van de Staat waaruit de inkomsten herkomstig zijn, op dezelfde wijze worden belast als inkomsten van geleende of gedeponeerde gelden.

Het omvat niet:

- a) Interest die met dividenden wordt gelijkgesteld volgens artikel 10, § 3, tweede zin, a;
- b) Interest van handelsschuldvorderingen — met inbegrip van vorderingen vertegenwoordigd door handelspapier — wegens termijnbetaling van leveringen van koopwaar, goederen of diensten door een onderneming van een overeenkomstsluitende Staat aan een verblijfhouder van de andere overeenkomstsluitende Staat;
- c) Interest van rekeningen-courant of van voorschotten op naam tussen bankondernemingen van beide overeenkomstsluitende Staten.

De in b) en c) van vorig lid bedoelde interest is onderworpen aan de regeling van artikel 7.

§ 4. De bepalingen van de §§ 1 en 2 zijn niet van toepassing indien de genietter van de interest, verblijfhouder van een overeenkomstsluitende Staat, in de andere overeenkomstsluitende Staat waaruit de interest herkomstig is, een vaste inrichting heeft waarmede de schuldvordering of het deposito, die de interest opleveren, wezenlijk zijn verbonden. In een zodanig geval is de interest in die andere Staat belastbaar volgens de wetgeving van die Staat.

§ 5. Interest wordt geacht uit een overeenkomstsluitende Staat herkomstig te zijn als de schuldenaar die Staat zelf is, een staatkundig onderdeel of een plaatselijke gemeenschap daarvan, of een verblijfhouder van die Staat. Indien evenwel de schuldenaar van de interest, ongeacht of hij verblijfhouder van een overeenkomstsluitende Staat is of niet, in een overeenkomstsluitende Staat een vaste inrichting heeft ten behoeve waarvan de lening die de interest voortbrengt weaad aangegaan en die de last van die interest als zodanig draagt, wordt die interest geacht herkomstig te zijn uit de overeenkomstsluitende Staat waarin de vaste inrichting is gelegen.

§ 6. Indien, ten gevolge van een bijzondere verhouding tussen de schuldenaar en de schuldeiser of deponent of tussen hen beiden en derden, het bedrag van de interest, gelet op de schuldvordering of het deposito waarvoor hij toegekend is, hoger is dan het bedrag dat zonder zulk een verhouding door de schuldenaar en de schuldeiser of deponent zou zijn overeengekomen, is de tariefbeperking volgens § 2 slechts op het laatstbedoelde bedrag van toepassing. In een zodanig geval is het daarboven uitgaande

deel van de interest in de overeenkomstsluitende Staat waaruit de interest herkomstig is belastbaar volgens de wetgeving van die Staat.

ARTIKEL 12

Royalty's

§ 1. Royalty's herkomstig uit een overeenkomstsluitende Staat en toegekend aan een verblijfhouder van de andere overeenkomstsluitende Staat zijn in die andere Staat belastbaar.

§ 2. Die royalty's mogen echter in de overeenkomstsluitende Staat waaruit zij herkomstig zijn, volgens de wetgeving van die Staat worden belast, maar de aldus geheven belasting mag niet hoger zijn dan 5 t. h. van het brutobedrag van de royalty's.

§ 3. Het woord «royalty's» betekent in dit artikel betalingen van elke aard als vergoeding voor het gebruik of voor het recht van gebruik van een auteursrecht op een werk op het gebied van letterkunde, kunst of wetenschap, films daaronder begrepen, van een octrooi, van een fabrieks- of handelsmerk, van een ontwerp of model, van een plan, van een geheim recept of werkwijze, dan wel voor het gebruik of voor het recht van gebruik van een nijverheids- handels- of wetenschappelijke uitrusting die geen goed is als bedoeld in artikel 6, of voor inlichtingen omtrent ervaringen op het gebied van nijverheid, handel of wetenschap.

§ 4. De bepalingen van de §§ 1 en 2 zijn niet van toepassing, indien de genietter van de royalty's, verblijfhouder van een overeenkomstsluitende Staat, in de andere overeenkomstsluitende Staat waaruit de royalty's herkomstig zijn, een vaste inrichting heeft waarmede het recht of het goed, die de royalty's opleveren, wezenlijk zijn verbonden. In een zodanig geval zijn de royalty's in die andere Staat belastbaar volgens de wetgeving van die Staat.

§ 5. Royalty's worden geacht uit een overeenkomstsluitende Staat herkomstig te zijn als de schuldenaar die Staat zelf is, een staatkundig onderdeel of een plaatselijke gemeenschap daarvan, of een verblijfhouder van die Staat. Indien evenwel de schuldenaar van de royalty's ongeacht of hij verblijfhouder van een overeenkomstsluitende Staat is of niet, in een overeenkomstsluitende Staat een vaste inrichting heeft ten behoeve waarvan de overeenkomst welke tot de betaling van de royalty's aanleiding geeft werd aangegaan en die de last van de royalty's als zodanig draagt, worden die royalty's geacht herkomstig te zijn uit de overeenkomstsluitende Staat waarin de vaste inrichting is gelegen.

§ 6. Indien, ten gevolge van een bijzondere verhouding tussen de schuldenaar en de genietter of tussen hen beiden en derden, het bedrag van de royalty's, gelet op de prestatie waarvoor zij worden toegekend, hoger is dan het bedrag dat zonder zulk een verhouding door de schuldenaar en de genietter zou zijn overeengekomen, is de tariefbeperking volgens § 2 slechts op het laatstbedoelde bedrag van toepassing. In een zodanig geval is het daarboven uitgaande deel van de royalty's in de overeenkomstsluitende Staat waaruit de royalty's herkomstig zijn belastbaar volgens de wetgeving van die Staat.

ARTIKEL 13

Vermogenswinsten

§ 1. Winsten verkregen uit de vervreemding van onroerende goederen, als omschreven in artikel 6, zijn belastbaar in de overeenkomstsluitende Staat waarin die goederen zijn gelegen.

§ 2. Winsten verkregen uit de vervreemding van roerende goederen, deel uitmakende van het bedrijfsvermogen van een vaste inrichting die een onderneming van een overeenkomstsluitende Staat in de andere overeenkomstsluitende Staat heeft, of van roerende goederen behorende tot een vaste basis die een verblijfhouder van een overeenkomstsluitende Staat in de andere overeenkomstsluitende Staat voor de uitoefening van een vrij beroep tot zijn beschikking heeft, daaronder begrepen winsten verkregen uit de vervreemding van de vaste inrichting (alleen of te zamen met de gehele onderneming) of van de vaste basis, zijn in die andere Staat belastbaar.

Winsten verkregen uit de vervreemding van schepen en luchtvaartuigen geëxploiteerd in internationaal verkeer, alsmede van roerende goederen die voor de exploitatie daarvan worden gebezigd, zijn echter slechts belastbaar in de overeenkomstsluitende Staat waarin de inkomsten uit de exploitatie van die schepen en luchtvaartuigen belastbaar zijn volgens artikel 8.

§ 3. Winsten verkregen uit de vervreemding van alle andere goederen, daaronder begrepen een participatie — welke geen deel uitmaakt van het bedrijfsvermogen van een vaste inrichting als bedoeld in § 2, lid 1 — in een vennootschap op aandelen, zijn slechts belastbaar in de overeenkomstsluitende Staat waarvan de vervreemder verblijfhouder is.

ARTIKEL 14

Vrije beroepen

§ 1. Inkomsten verkregen door een verblijfhouder van een overeenkomstsluitende Staat uit de uitoefening van een vrij beroep of andere zelfstandige werkzaamheden van soortgelijke aard zijn slechts in die Staat belastbaar, tenzij die verblijfhouder in de andere Staat voor het verrichten van zijn werkzaamheden geregeld over een vaste basis beschikt. Indien hij over zulk een vaste basis beschikt, zijn de inkomsten in de andere Staat belastbaar, maar slechts voor zover zij kunnen worden toegerekend aan de werkzaamheden welke met behulp van die vaste basis worden uitgeoefend.

§ 2. De uitdrukking «vrij beroep» omvat met name zelfstandige werkzaamheden op het gebied van wetenschap, letterkunde, kunst, opvoeding of onderwijs, alsmede de zelfstandige werkzaamheden van artsen, advocaten, ingenieurs, architecten, tandartsen en accountants.

ARTIKEL 15

Niet-zelfstandige beroepen

§ 1. Onder voorbehoud van de bepalingen van de artikelen 16, 18, 19, § 1, en 20, zijn lonen, salarissen en andere soortgelijke beloningen verkregen door een verblijfhouder van een overeenkomstsluitende Staat ter zake van een dienstbetrekking slechts in die Staat belastbaar, tenzij de dienstbetrekking in de andere overeenkomstsluitende Staat wordt uitgeoefend. Indien de dienstbetrekking aldaar wordt uitgeoefend, zijn de ter zake daarvan verkregen beloningen in die andere Staat belastbaar.

§ 2. In afwijking van § 1 en onder het aldaar vermelde voorbehoud zijn beloningen verkregen door een verblijfhouder van een overeenkomstsluitende Staat ter zake van een in de andere overeenkomstsluitende Staat uitgeoefende, niet in § 3 bedoelde, dienstbetrekking slechts in de eerstbedoelde Staat belastbaar, indien:

- a) De beloningen werkzaamheden vergelden, die in de andere Staat werden uitgeoefend tijdens een

tijdvak of tijdvakken welke — met inbegrip van de gewone arbeidsonderbrekingen — gedurende het kalenderjaar een totaal van 183 dagen niet te boven gaan;

- b) De beloningen worden betaald door of namens een werkgever die geen verblijfhouder van de andere Staat is; en
- c) De last van de beloningen als zodanig niet wordt gedragen door een vaste inrichting of een vaste basis, die de werkgever in de andere Staat heeft.

§ 3. In afwijking van § 1 worden deloningen ter zake van een dienstbetrekking uitgeoefend aan boord van een schip of luchtvaartuig in internationaal verkeer geacht betrekking te hebben op werkzaamheden uitgeoefend in de overeenkomstsluitende Staat, waarin de plaats van de werkelijke leiding van de onderneming is gelegen en zijn ze in die Staat belastbaar.

ARTIKEL 16

Beheeders en commissarissen van vennootschappen

§ 1. Tantièmes, presentiegelden en andere soortgelijke uitkeringen, door een verblijfhouder van een overeenkomstsluitende Staat verkregen in zijn hoedanigheid van lid van de raad van beheer of van toezicht, of van een ander gelijkaardig orgaan van een vennootschap, die verblijfhouder is van de andere overeenkomstsluitende Staat, zijn in die andere Staat belastbaar.

§ 2. De beloningen die de in § 1 bedoelde personen in een andere hoedanigheid ontvangen zijn belastbaar volgens artikel 15.

ARTIKEL 17

Artiesten of sportbeoefenaars

Niettegenstaande de bepalingen van de artikelen 14 en 15 zijn inkomsten die beroepsartiesten, zoals toneelspelers, films, radio- of televisieartiesten en musici, alsmede sportbeoefenaars, als zodanig verkrijgen uit hun persoonlijke werkzaamheden, belastbaar in de overeenkomstsluitende Staat waarin die werkzaamheden worden verricht.

ARTIKEL 18

Pensioenen

Onder voorbehoud van de bepalingen van artikel 19, § 1, zijn pensioenen en andere soortgelijke beloningen, betaald aan een verblijfhouder van een overeenkomstsluitende Staat ter zake van een vroegere dienstbetrekking, slechts in die Staat belastbaar.

ARTIKEL 19

Openbare beloningen en pensioenen

§ 1. Beloningen, daaronder begrepen pensioenen, door een overeenkomstsluitende Staat of door een staatkundig onderdeel of een plaatselijke gemeenschap daarvan, ofwel rechtstreeks ofwel uit door hen in het leven geroepen fondsen betaald aan een natuurlijke persoon ter zake van diensten bewezen aan die Staat of aan een staatkundig onderdeel of een plaatselijke gemeenschap daarvan, zijn slechts in die Staat belastbaar.

Deze bepaling is niet van toepassing indien de genietter van die inkomsten onderdaan is van de andere Staat zonder tezelfdertijd onderdaan te zijn van de eerstbedoelde Staat.

§ 2. Paragraaf 1 is niet van toepassing op beloningen of pensioenen ter zake van diensten verricht in verband met enig handelsof nijverheidsbedrijf uitgeoefend door een overeenkomstsluitende Staat of door een staatkundig onderdeel of een plaatselijke gemeenschap daarvan.

ARTIKEL 20

Studenten

Een student of een voor een beroep of bedrijf opgeleid wordende persoon, die verblijfhouder van een overeenkomstsluitende Staat is of vroeger was en die uitsluitend voor zijn onderwijs of opleiding in de andere overeenkomstsluitende Staat verblijft, is in die andere Staat niet belastbaar ter zake van:

Betalingen die hem ten behoeve van zijn onderhoud, onderwijs of opleiding worden gedaan uit bronnen buiten die andere Staat;

Beloningen die hij ontvangt ter zake van een dienstbetrekking die hij in die andere Staat uitoefent tijdens een tijdvak of tijdvakken welke — met inbegrip van de gewone arbeidsonderbrekingen — gedurende het kalenderjaar een totaal van 183 dagen niet te boven gaan, op voorwaarde dat het totale bedrag van die betalingen en beloningen niet hoger is dan 10 000 Belgische frank per maand of de tegenwaarde daarvan in escudos tegen de officiële wisselkoers.

ARTIKEL 21

Niet uitdrukkelijk vermelde inkomsten

Bestanddelen van het inkomen van een verblijfhouder van een overeenkomstsluitende Staat, die naar hun aard of hun herkomst niet in de voorgaande artikelen van de overeenkomst zijn vermeld, en in die Staat aan belasting zijn onderworpen, zijn slechts in die Staat belastbaar.

ARTIKEL 22

Beperking van de uitwerking van de overeenkomst

§ 1. Generlei bepaling van de overeenkomst kan dusdanig uitwerking hebben dat de belastingheffing beperkt wordt van een vennootschap, verblijfhouder van België, in geval van inkoop van haar eigen aandelen of delen of naar aanleiding van de verdeling van haar maatschappelijk vermogen.

§ 2. Generlei bepaling van de overeenkomst belet Portugal belasting te heffen van winsten voortkomend uit opneming van reserves in het kapitaal van vennootschappen die verblijfhouder zijn van Portugal of uit uitgifte van aandelen met voorrang voor de vennoten van die vennootschappen.

IV. Bepalingen tot voorkoming van dubbele belasting

ARTIKEL 23

§ 1. Met betrekking tot verblijfhouders van Portugal wordt dubbele belasting op de volgende wijze voorkomen:

1° Indien een verblijfhouder van Portugal inkomsten verkrijgt die volgens de bepalingen van de overeenkomst in België belastbaar zijn, verleent Portugal een vermindering op de belasting over het inkomen van die verblijfhouder tot een bedrag dat gelijk is aan de Belgische belasting

op dezelfde inkomsten. De aldus verleende vermindering zal echter niet hoger zijn dan:

- a) Dat deel van de Belgische belasting dat verband houdt met het gedeelte van de voormelde inkomsten dat in Portugal belast wordt; gezegd deel van de Belgische belasting zal, met betrekking tot het boven het normale bedrag uitgaande deel van interesten en royalty's, bedoeld in de artikelen 11, § 6, en 12, § 6, onderscheidenlijk berekend worden tegen de tarieven van artikel 11, § 2, en van artikel 12, § 2;
- b) Dat deel van de Portugese belasting, berekend vóór de vermindering, dat verband houdt met de in België belaste inkomsten.

2° Niettegenstaande de bepaling van 1°, stelt Portugal de in artikel 20 bedoelde beloningen vrij, die door een verblijfhouder van Portugal ontvangen worden ter zake van een in België uitgeoefende dienstbetrekking.

§ 2. Met betrekking tot verblijfhouders van België wordt dubbele belasting op de volgende wijze voorkomen:

1° Indien een verblijfhouder van België niet in 2° tot 4° hierna bedoelde inkomsten ontvangt die volgens de bepalingen van de overeenkomst in Portugal belastbaar zijn, stelt België deze inkomsten vrij van belasting, maar om het bedrag van zijn belasting over het overige inkomen van die verblijfhouder te berekenen mag België hetzelfde tarief toepassen alsof die inkomsten niet waren vrijgesteld.

Indien deze verblijfhouder een andere vennootschap is dan een vennootschap op aandelen, is de hierboven bedoelde vrijstelling van toepassing op haar vennoten voor zover de inkomsten volgens de Belgische wetgeving ten name van die vennoten belastbaar zijn op een andere wijze dan als inkomsten van in de vennootschap belegde kapitalen.

2° Indien een verblijfhouder van België inkomsten verkrijgt die in Portugal belastbaar zijn volgens artikel 10, §§ 2, artikel 11, §§ 2 en 6, of artikel 12, §§ 2 en 6, verleent België, eensdeels op de personenbelasting in verband met dividenden en, anderdeels op dezelfde belasting of op de vennootschapsbelasting in verband met de andere bedoelde inkomsten, een vermindering die overeenstemt met het forfaitair gedeelte van buitenlands belasting, bepaald onder de voorwaarden en volgens het tarief van de Belgische wetgeving, maar dit tarief mag niet lager zijn dan dat van de belasting die in Portugal van dezelfde inkomsten is geheven overeenkomstig artikel 10, § 2, artikel 11, § 2, of artikel 12, § 2, naar het geval.

In afwijking van de bepalingen van zijn wetgeving verleent België die vermindering eveneens uit hoofde van de voormelde inkomsten die volgens de overeenkomst en de algemene bepalingen van de Portugese wetgeving in Portugal belastbaar zijn, indien die inkomsten aldaar tijdelijk van belasting zijn vrijgesteld ingevolge bijzondere wetsbepalingen ter bevordering van investeringen die noodzakelijk zijn

voor de ontwikkeling van de economie van de Portugese Republiek. De bevoegde autoriteiten van de overeenkomstsluitende Staten stellen in onderlinge overreinstemming de inkomsten vast die het voordeel van deze bepaling zullen genieten.

- 3° Indien een vennootschap, verblijfhouder van België, aandelen of delen in eigendom bezit van een vennootschap die verblijfhouder is van Portugal en aldaar aan de nijverheidsbelasting is onderworpen, worden de dividenden die haar door deze laatste vennootschap worden toegekend, in België vrijgesteld van vennootschapsbelasting, voor zover vrijstelling zou worden verleend indien beide vennootschappen verblijfhouder van België waren geweest. Deze bepaling belet niet dat van die dividenden noerende voorheffing wordt geheven overeenkomstig de Belgische wetgeving, maar het tarief van die voorheffing mag niet hoger zijn dan het verschil tussen het hoogste tarief van de vennootschapsbelasting dat van toepassing is op het geheel of op een deel van de winsten van vennootschappen, verblijfhouders van België, en het in artikel 10, § 2, bepaalde tarief.
- 4° Indien een vennootschap, verblijfhouder van België, gedurende de ganse boekjaar van een vennootschap op aandelen, die verblijfhouder is van Portugal en aldaar aan de nijverheidsbelasting is onderworpen, aandelen of delen van deze laatste vennootschap in uitsluitende eigendom heeft bezeten, wordt zij eveneens vrijgesteld van de roerende voorheffing welke volgens de Belgische wetgeving op de dividenden van die aandelen of delen is verschuldigd, op voorwaarde dat zij zulks schriftelijk aanvraagt binnen de termijn waarin haar jaarlijkse aangifte moet worden ingediend; maar bij de wederuitkering van die van roerende voorheffing vrijgestelde dividenden aan haar eigen aandeelhouders, mogen die dividenden niet in mindering worden gebracht van de aan de roerende voorheffing te onderwerpen uitgekeerde dividenden. Deze bepaling is niet van toepassing als de eerste vennootschap op geldige wijze de aanslag van haar winsten in de personenbelasting heeft gekozen.
- 5° Indien volgens de Belgische wetgeving verliezen, welke een onderneming van België in een in Portugal gelegen vaste inrichting heeft geleden, voor de belastingheffing van die onderneming in België werkelijk in mindering van de winsten werden gebracht, is de vrijstelling volgens 1.° niet van toepassing op de winsten van andere belastbare tijdperken, die aan die inrichting zijn toe te rekenen, in de mate dat die winsten ook in Portugal voor enig belastbaar tijdperk van belasting werden vrijgesteld wegens hun compensatie met die verliezen.

V. Bijzondere bepalingen

ARTIKEL 24

Non-discriminatie

§ 1. Onderdanen van een overeenkomstsluitende Staat worden in de andere overeenkomstsluitende Staat niet onderworpen aan enige belastingheffing of daarmede verband houdende verplichting, die anders of drukkender is

dan de belastingheffing en daarmede verband houdende verplichtingen, waaraan onderdanen van die andere Staat onder gelijke omstandigheden zijn of kunnen worden onderworpen.

§ 2. De uitdrukking «onderdanen» betekent:

- 1° Alle natuurlijke personen, die de nationaliteit van een overeenkomstsluitende Staat bezitten;
- 2° Alle rechtspersonen, personenvennootschappen en verenigingen opgericht overeenkomstig de wetgeving die van kracht is in een overeenkomstsluitende Staat.

§ 3. Staatlozen worden in een overeenkomstsluitende Staat niet onderworpen aan enige belastingheffing of daarmede verband houdende verplichting die anders of drukkender is dan de belastingheffing en daarmede verband houdende verplichtingen, waaraan onderdanen van die Staat onder gelijke omstandigheden zijn of kunnen worden onderworpen.

§ 4. Generlei bepaling van deze overeenkomst mag dusdanig worden uitgelegd:

- 1° Dat een overeenkomstsluitende Staat verplicht zou zijn aan verblijfhouder van de andere overeenkomstsluitende Staat de persoonlijke afrekken, tegemoetkomingen en belastingverminderingen uit hoofde van gezinstoestand of lasten te verlenen, die hij aan zijn eigen verblijfhouders verleent;
- 2° Dat zij België belet onderdanen van Portugal die geen verblijfhouder van België zijn maar aldaar over een woning beschikken, te belasten op het minimum-inkomstenbedrag dat door zijn wetgeving bepaald is met betrekking tot niet-verblijfhouders die al dan niet onderdanen van België zijn en aldaar over een woning beschikken.

§ 5. De belastingheffing van een vaste inrichting, die een onderneming van een overeenkomstsluitende Staat in de andere overeenkomstsluitende Staat heeft, is in die andere Staat niet ongunstiger dan de belastingheffing van ondernemingen van die andere Staat die dezelfde werkzaamheden uitoefenen.

Deze bepaling belet niet dat de winsten, welke kunnen worden toegerekend aan de in een overeenkomstsluitende Staat gelegen vaste inrichting waarover een vennootschap, die verblijfhouder is van de andere overeenkomstsluitende Staat, of een andere vereniging van personen, waarvan de plaats van werkelijke leiding in die andere Staat is gelegen, de beschikking heeft, in de eerstbedoelde Staat gezamenlijk worden belast tegen het tarief dat door zijn nationale wetgeving is vastgesteld, op voorwaarde dat dit tarief niet hoger is dan het maximumtarief van de belasting welke van toepassing is op het geheel of op een deel van de winsten van vennootschappen die verblijfhouder zijn van de eerstbedoelde Staat.

§ 6. Behoudens het geval van toepassing van artikel 9 kunnen interest, royalty's en andere kosten, die door een onderneming van een overeenkomstsluitende Staat aan een verblijfhouder van de andere overeenkomstsluitende Staat worden betaald, voor de vaststelling van de belastbare winsten van die onderneming in mindering worden gebracht op dezelfde voorwaarden, alsof zij aan een verblijfhouder van de eerstbedoelde Staat zouden zijn betaald.

§ 7. Ondernemingen van een overeenkomstsluitende Staat, waarvan het kapitaal geheel of ten dele onmiddellijk of middellijk in het bezit is van, of wordt beheerst door

één of meer verblijfhouders van de andere overeenkomstsluitende Staat, worden in de eerstbedoelde Staat niet onderworpen aan enige belastingheffing of daarmede verband houdende verplichting, die anders of drukkender is dan de belastingheffing en daarmede verband houdende verplichtingen, waaraan andere soortgelijke ondernemingen van die eerstbedoelde Staat zijn of kunnen worden onderworpen.

§ 8. In dit artikel betekent de uitdrukking «belastingheffing» de belastingen die bedoeld zijn in artikel 2.

ARTIKEL 25

Regeling voor onderling overleg

§ 1. Indien een verblijfhouder van een overeenkomstsluitende Staat van oordeel is dat de maatregelen van een overeenkomstsluitende Staat of van beide Staten voor hem leiden of zullen leiden tot een dubbele belastingheffing die niet in overeenstemming is met deze overeenkomst, kan hij onverminderd de rechtsmiddelen waarin de nationale wetgeving van die Staten voorziet, schriftelijk een met redenen omkleed verzoek om herziening van die belastingheffing richten aan de bevoegde autoriteit van de overeenkomstsluitende Staat, waarvan hij verblijfhouder is. Dat verzoek moet worden ingediend binnen een termijn van twee jaren vanaf de betekening van de tweede aanslag of, met betrekking tot een bij de bron verschuldigde belasting, vanaf de storting van die tweede aanslag.

§ 2. De in paragraaf 1 bedoelde bevoegde autoriteit tracht, indien het bezwaar haar gegrond voorkomt en indien zij niet zelf in staat is tot een bevredigende oplossing te komen, de aangelegenheid in onderlinge overeenstemming met de bevoegde autoriteit van de andere overeenkomstsluitende Staat de regelen, ten einde een dubbele belastingheffing die niet in overeenstemming is met de overeenkomst, te vermijden.

§ 3. De bevoegde autoriteiten van de overeenkomstsluitende Staten trachten moeilijkheden of twijfelpunten die mochten rijzen met betrekking tot de toepassing van de overeenkomst in onderlinge overeenstemming op te lossen. Indien een mondelinge gedachtenwisseling voor het bereiken van overeenstemming bevorderlijk voorkomt, kunnen de bevoegde autoriteiten te dien einde bijeenkomen.

§ 4. De bevoegde autoriteiten van de overeenkomstsluitende Staten plegen overleg omtrent de administratieve maatregelen die voor de uitvoering van de bepalingen van de overeenkomst nodig zijn en met name omtrent de bewijzen die de verblijfhouders van elke Staat moeten voorleggen om in de andere Staat de bij deze overeenkomst vastgestelde belastingvrijstellingen of -verminderingen te genieten.

ARTIKEL 26

Uitwisseling van inlichtingen

§ 1. De bevoegde autoriteiten van de overeenkomstsluitende Staten wisselen de inlichtingen uit die nodig zijn om uitvoering te geven aan de bepalingen van de overeenkomst en aan die van de nationale wetten van de overeenkomstsluitende Staten met betrekking tot de belastingen waarop de overeenkomst van toepassing is, voor zover de belastingheffing waarin deze voorzien in overeenstemming is met de overeenkomst.

Elke aldus bekomen inlichting moet geheim worden gehouden; buiten de belastingplichtige of zijn gevolmachtigde, mag zij slechts worden medegedeeld aan personen of autoriteiten die belast zijn met de vestiging of de invordering van de in de overeenkomst bedoelde

belastingen en met de desbetreffende bezwaarschriften en verhalen, alsmede aan de gerechtelijke autoriteiten met het oog op strafrechtelijke vervolgingen.

§ 2. In geen geval mogen de bepalingen van § 1 aldus worden uitgelegd, dat zij een van de overeenkomstsluitende Staten de verplichting opleggen:

- a) Administratieve maatregelen te nemen, welke afwijken van zijn eigen wetgeving of van zijn administratieve praktijk of van die van de andere overeenkomstsluitende Staat;
- b) Bijzonderheden te verstrekken, die niet verkrijgbaar zouden zijn volgens zijn eigen wetgeving of binnen het raam van zijn normale administratieve praktijk of die van de andere overeenkomstsluitende Staat;
- c) Inlichtingen te verstrekken, die een handels — bedrijfsnijverheids — of beroepsgeheim of een handelswerkwijze zouden onthullen, dan wel inlichtingen waarvan het verstrekken in strijd zou zijn met de openbare orde.

ARTIKEL 27

Diplomatieke en consulaire ambtenaren

De bepalingen van deze overeenkomst tasten in geen enkel opzicht de fiscale voorrechten aan die leden van diplomatieke zendingen of consulaire posten ontleen aan de algemene regelen van het volkenrecht of aan de bepalingen van bijzondere akkoorden.

ARTIKEL 28

Uitbreiding tot andere gebieden

§ 1. Deze overeenkomst kan ongewijzigd of met noodzakelijke wijzigingen worden uitgebreid tot geheel of tot elk deel van het grondgebied van Portugal dat niet onder de toepassing van de overeenkomst valt en dat gelijksoortige belastingen heft als de belastingen waarop de overeenkomst van toepassing is. Zodanige uitbreiding treedt in werking vanaf de datum, met de wijzigingen en op de voorwaarden — daaronder begrepen de voorwaarden met betrekking tot beëindiging van de toepassing — welke tussen de overeenkomstsluitende Staten in onderlinge overeenstemming worden vastgelegd bij diplomatieke notawisseling of op andere wijze in overeenstemming met hun grondwettelijke bepalingen.

VI. Slotbepalingen

ARTIKEL 29

Inwerkingtreding

§ 1. De overeenkomst zal worden bekrachtigd en de dekrachtigingsoorkonden zullen zo spoedig mogelijk te Lissabon worden uitgewisseld.

§ 2. De overeenkomst zal in werking treden op de vijftiende dag die volgt op de dag van de uitwisseling van de bekrachtigingsoorkonden en zij van toepassing zijn:

- A) Met betrekking tot België

1° Op de bij de bron verschuldigde belastingen aanzien waarvan het tot belasting aanleiding gevende feit zich voordoet met ingang van 1 januari van het jaar volgend op dat waarin de overeenkomst in werking is getreden;

- 2° Op de andere belastingen geheven naar inkomsten van belastbare tijdperken, eindigend met ingang van 31 december van het jaar volgend op dat waarin de overeenkomst in werking is getreden;
- 3° In afwijking van 1° en 2°, wat artikel 8 betreft, op de belastingen geheven naar winsten behaald tijdens met ingang van 31 december 1963 afgesloten boekjaren.

B) Met betrekking tot Portugal:

- 1° Op de bij de bron verschuldigde belastingen ten aanzien waarvan het tot belasting aanleiding gevende feit zich voordoet met ingang van 1 januari van het jaar volgend op dat waarin de overeenkomst in werking is getreden;
- 2° Op de andere belastingen geheven naar inkomsten die verband houden met het kalenderjaar volgend op dat waarin de overeenkomst in werking is getreden, en met de volgende jaren;
- 3° In afwijking van 1° en 2°, wat artikel 8 betreft, op de belastingen geheven naar winsten die verband houden met het kalenderjaar 1963 en met de volgende jaren.

ARTIKEL 30

Opzegging

Deze overeenkomst zal voor onbepaalde tijd in werking blijven; maar elke overeenkomstsluitende Staat kan, met ingang van het desde jaar vanaf het jaar van de uitwisseling van de bekrachtigingsoorkonden, ten minste zes maanden vóór het einde van enig kalenderjaar aan de andere overeenkomstsluitende Staat langs diplomatieke weg een schriftelijke opzegging doen toekomen. In dat geval zal de overeenkomst voor de laatste maal van toepassing zijn:

A) Met betrekking tot België:

- 1° Op de bij de bron verschuldigde belastingen ten aanzien waarvan het tot belasting aanleiding gevende feit zich voordoet ten laatste op 31 december van het jaar van opzegging;
- 2° Op de andere belastingen geheven naar inkomsten van belastbare tijdperken, eindigend ten laatste op 31 december van het jaar van opzegging.

B) Met betrekking tot Portugal:

- 1° Op de bij de bron verschuldigde belastingen ten aanzien waarvan het belasting aanleiding gevende feit zich voordoet ten laatste op 31 december van het jaar van opzegging;
- 2° Op de andere belastingen geheven naar inkomsten die verband houden met het jaar van opzegging.

Em testemunho do qual os plenipotenciários dos dois Estados assinaram a presente Convenção e lhe apuseram os respectivos selos.

Feito em Bruxelas, a 16 de Julho de 1969, em dois exemplares, em francês, neerlandês e português, fazendo igualmente fé os três textos.

En foi de quoi les plénipotentiaires des deux Etats ont signé la présente Convention et y ont apposé leurs sceaux.

Fait à Bruxelles, le 16 juillet 1969, en double exemplaire, en langues française, néerlandaise et portugaise, les trois textes faisant également foi.

Ten blijk waarvan de Gevolmachtigden van beide Staten deze Overeenkomst hebben ondertekend en daaraan hun zegel hebben gehecht.

Gedaan te Brussel op 16 juli 1969, in tweevoud, in de Nederlandse, de Franse en de Portugese taal, zijnde de drie teksten gelijkelijk authentiek.

Pela República Portuguesa:
Pour la République Portugaise:
Voor de Portugese Republiek:

Armando Ramos de Paula Coelho.

Pelo Reino da Bélgica:
Pour le Royaume de Belgique:
Voor het Koninkrijk België:

P. Harmel.

PROTOCOLO FINAL

Na ocasião da assinatura da Convenção com Vista a Evitar as Duplas Tributação e a Regular Outras Questões em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, celebrada neste dia entre a Bélgica e Portugal, os plenipotenciários abaixo assinados acordaram nas disposições seguintes, que constituem parte integrante desta Convenção.

I. Administradores e membros dos conselhos fiscais de sociedades

Ao n.º 1 do artigo 16:

1. As sociedades abrangidas nesta disposição são:
 - a) As sociedades residentes da Bélgica sujeitas as regras da tributação das sociedades por acções;
 - b) As sociedades residentes de Portugal com a forma de sociedade anónima, sociedade em comandita por acções e sociedade por quotas.
2. As retribuições abrangidas por esta disposição são as atribuídas às pessoas visadas, em consequência do exercício de actividade diferente do exercício de funções reais e permanentes.

II. Os dividendos de sociedades residentes de Portugal obtidos por sociedades residentes da Bélgica

As alíneas c) e d) do n.º 2 do artigo 23:

Se, em consequência de modificações da legislação belga posteriores à assinatura da Convenção, a isenção de imposto das sociedades aplicável na Bélgica aos dividendos de sociedades residentes da Bélgica recebidos por uma outra sociedade residente da Bélgica for limitada ao caso de certas participações, a aplicação das alíneas c) e d) do n.º 2 do artigo 23 da Convenção será limitada aos dividendos resultantes de participações similares em sociedades residentes de Portugal. Neste caso, a dupla tributação dos dividendos que não resultem de tais participações será evitada em conformidade com a alínea b) do n.º 2 do artigo 23.

PROTOCOLE FINAL

Au moment de procéder à la signature de la Convention en vue d'éviter les doubles impositions et de régler certaines autres questions en matière d'impôts sur le revenu, conclue ce jour entre la Belgique et le Portugal, les plénipotentiaires soussignés sont convenus des dispositions suivantes qui forment partie intégrante de cette Convention.

1. Administrateurs et commissaires de sociétés

Ad article 16, § 1:

1° Les sociétés visées à cette disposition sont:

- a) Les sociétés résidentes de la Belgique qui sont soumises au régime d'imposition des sociétés par actions;
- b) Les sociétés résidentes du Portugal qui revêtent la forme d'une société anonyme, d'une société en commandite par actions ou d'une société par quotas (sociedades por quotas).

2° Les rétributions visées à cette disposition sont les rétributions allouées aux personnes visées, à un autre titre que pour l'exercice de fonctions réelles et permanentes.

2. Dividendes de sociétés résidentes du Portugal reçus par des sociétés résidentes de la Belgique

Ad article 23, § 2, 3° et 4°:

Dans l'éventualité ou, par suite de modifications apportées à la législation belge postérieurement à la signature de la Convention, l'exemption d'impôt des sociétés applicable en Belgique aux dividendes de sociétés résidentes de la Belgique reçus par une autre société résidente de la Belgique serait limitée à certaines participations, l'application de l'article 23, § 2, 3° et 4°, de la Convention sera limitée aux dividendes de participations similaires dans des sociétés résidentes du Portugal. Dans cette éventualité, la double imposition des dividendes ne se rapportant pas à de telles participations sera évitée conformément à l'article 23, § 2, 2°.

SLOTPROTOCOL

Bij de ondertekening van de overeenkomst tot het vermijden van dubbele belasting en tot regeling van sommige andere aangelegenheden inzake belastingen naar het inkomen, heden tussen België en Portugal gesloten, zijn de ondergetekende Gevolmachtigden overeengekomen, dat de volgende bepalingen een integrerend deel van die overeenkomst zullen uitmaken.

1. Beheerders en commissarissen van vennootschappen

Ad artikel 16, § 1:

1° De in deze bepaling bedoelde vennootschappen zijn:

- a) Vennootschappen die verblijfhouder van België zijn en onderworpen zijn aan het belastingstelsel van de vennootschappen op aandelen;
- b) Vennootschappen, verblijfhouders van Portugal, die de vorm hebben van een naamloze vennootschap, van een vennootschap bij wijze van geldschieting op aandelen of van een vennootschap per quota (sociedade por quotas).

2° De in deze bepaling bedoelde uitkeringen zijn de uitkeringen die aan de bedoelde personen worden verleend anders dan uit hoofde van de uitoefening van werkelijke en vaste functies.

2. Dividenden van een vennootschap, verblijfhouder van Portugal, ontvangen door een vennootschap, verblijfhouder van België

Ad artikel 23, § 2, 3° en 4°:

Indien ten gevolge van wijzigingen in de Belgische wetgeving na de ondertekening van de overeenkomst, de vrijstelling van vennootschapsbelasting die in België van toepassing is op dividenden van vennootschappen, verblijfhouders van België, ontvangen door een andere vennootschap, verblijfhouder van België, mocht worden beperkt tot bepaalde deelnemingen, zal artikel 23, § 2, 3° en 4°, van de overeenkomst nog slechts van toepassing zijn op dividenden van soortgelijke deelnemingen in vennootschappen, verblijfhouders van Portugal. In een zodanig geval zal de dubbele belasting van dividenden die geen verband houden met zulke deelnemingen voorkomen worden overeenkomstig artikel 23, § 2, 2°.

Feito em Bruxelas, a 16 de Julho de 1969, em dois exemplares, em francês, neerlandês e português.

Fait à Bruxelles, le 16 juillet 1969, en double exemplaire, en langues française, néerlandaise et portugaise.

Gedaan te Brussel, op 16 juli 1969, in tweevoud, in de Nederlandse, de Franse en de Portugese taal.

Pela República Portuguesa:
Pour la République Portugaise:
Voor de Portugese Republiek:

Armando Ramos de Paula Coelho.

Pelo Reino da Bélgica:
Pour le Royaume de Belgique:
Voor het Koninkrijk België:

P. Harmel.